



Nº 1142 - Semanal
0,50 €

21 Fevereiro 2002

ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director **António José Seguro** Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
Internet www.ps.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt

APRESENTAÇÃO PÚBLICA DO PROGRAMA DO GOVERNO E DA COMISSÃO DE HONRA

Sábado, 23 de Fevereiro
15:00 horas
Centro de Congressos de Lisboa
(Antiga FIL, à Junqueira)

www.ps.pt



INCREMENTAR A COMPETITIVIDADE E REFORÇAR A COESÃO NACIONAL

O programa de Governo do PS, aprovado pelo Secretariado Nacional do PS, e que será apresentado no sábado por Ferro Rodrigues, no Centro de Congressos de Lisboa, define como prioridade "elevar a confiança dos portugueses", toma como objectivo "tornar Portugal dos melhores entre os melhores" e aponta como estratégia "incrementar a competitividade e reforçar a coesão nacional", tendo como pano de fundo em todas as áreas a estabilidade das finanças públicas por via da redução da despesa. ► **Página 5**

PORTUGAL PELA POSITIVA

A pré-campanha do PS arrancou no Funchal com casa cheia. A um mês das legislativas, Ferro Rodrigues avançou para o combate eleitoral em todas as frentes de batalha. Reuniu-se com Blair e Vitorino para analisar as questões europeias, esteve no Alentejo a mostrar a obra feita pelos governos socialistas, foi ao Porto prometer uma nova geração de políticas sociais, no distrito de Setúbal apresentou soluções inovadoras para a saúde e em Braga tratou de avançar com ideias para se ultrapassar a questão da competitividade. Entretanto, houve ainda tempo para aprovar em Secretariado Nacional o Programa de Governo que no sábado será apresentado ao País. ► **Páginas centrais**



POBREZA

PAÍS MAIS COESO

Foi conhecido o relatório da União que retira Portugal da cauda da Europa no que respeita à pobreza relativa. Em dois anos, deixámos o último lugar e ultrapassámos a Grécia, o Reino Unido e a Itália. A política social do Governo vê-se na rua e lê-se nos números. Dados do documento da Comissão relativos a 1997 e 1998 revelam uma redução de quatro pontos percentuais no número de cidadãos portugueses a viverem com menos de 60 por cento do rendimento médio nacional. ► **Página 12**

E-EUROPE

ESCOLAS PORTUGUESAS NA VANGUARDA DA LIGAÇÃO À NET

► **Página 9**

A SEMANA REVISTA

Com casa cheia, o PS realizou o seu primeiro comício de pré-campanha no Funchal. Esta acção marcou o arranque de uma semana plena de actividade em que Ferro Rodrigues cumpriu uma carregada agenda política destinada a fazer passar a mensagem dos socialistas para as diversas áreas da governação. O secretário-geral do PS deslocou-se ainda a Londres onde se reuniu com Tony Blair.

O Programa de Governo do PS foi aprovado em reunião do Secretariado Nacional.

Por todo o País foram colados os novos *outdoors* do PS em que a mensagem política se apresenta sempre pela positiva e se anunciam as nossas bandeiras para a próxima legislatura.

O Presidente da República, Jorge Sampaio, mostrou-se favorável à reabertura do *dossier* da interrupção voluntária da gravidez, não enjeitou a possibilidade da existência de "salas de chuto" no âmbito do combate à toxicod dependência, e propôs uma segunda câmara para o Parlamento Europeu.

Foi conhecido o relatório da União que retira Portugal da cauda da Europa no que respeita à pobreza relativa. Em dois anos, deixámos o último lugar e ultrapassámos a Grécia, o Reino Unido e a Itália.

Foi dado mais um passo decisivo na ligação à Net. O Ministério da Ciência e Tecnologia assinou um protocolo de parceria com a Associação Nacional de Freguesias no sentido de custear 75 por cento da aquisição do material informático necessário à ligação em rede de todas as Juntas do país.

OLÉ, OLÉ!!!

"Uma campanha eleitoral não pode, em nenhuma circunstância, dar sinais de despesismo!!!"

Pacheco Pereira, *Público*, 19 FEV 2002

– Avô, se o PSD gasta tanto dinheiro para pagar aos publicitários brasileiros e às sevilhanas do Coliseu, onde é que vai buscar o dinheiro para aumentar a tua reforma?

Avô, o que vais FAZER AGORA?!

– Meu neto, o mesmo que fiz ao Cavaco em 1995! **A mim não me enganam!** Olaré!!!



Fotomontagem **António Colaço**



O que resultou do Coliseu foi, portanto, uma mão-cheia de nada e outra de coisa nenhuma. Quanto à forma tudo muito bonitinho, à grande e à francesa para encher o olho, mas no respeitante ao conteúdo, à substância das propostas, nada de novo. Até o apregoado choque fiscal se quedou por um mero enunciado de princípios para aplicar ao longo da legislatura.

EDITORIAL

DO COLISEU NADA DE NOVO

SILVINO GOMES DA SILVA

No meio da fumaça apareceu Durão Barroso numa infeliz e patética colagem ao mito sebastianico. E o Coliseu veio abaixo porque o homem providencial finalmente tinha aparecido. Estava assim desfeita a espera e Portugal podia descansar porque aquela era a hora de se revelar o encoberto.

Numa encenação plástica com muito confetti, preparada ao milímetro para as televisões, a parada de *estrelas* lá foi subindo ao púlpito para debitar, cada uma a seu modo, um discurso vazio de conteúdo, muitas vezes panfletário, demagógico, e sempre desprovido de novidades. Além dos repisados ataques aos últimos anos dos governos do PS, não surgiu naquele encontro alguém a avançar com uma ideia nova ou a sugerir soluções inovadoras para resolver os problemas do País. Mas, ficámos todos a saber pela boca de Pacheco Pereira, que o programa de Governo do PSD se consubstancia na singeleza de "fazer o contrário do PS".

Chegado o grande momento da esperada intervenção do líder, a desilusão não podia ter sido maior. Disse Durão Barroso que o PSD não construiria o projectado aeroporto da OTA "enquanto houver crianças anos à espera para serem operadas" e que a terceira ponte sobre Tejo não avançaria "enquanto os reformados receberem pensões de miséria". A falta de pudor não podia ser maior. Durão Barroso deveria saber que o novo aeroporto será construído com dinheiros privados e que a parte do investimento público vem do Fundo de Coesão da União Europeia, dinheiro que só pode ser utilizado em infra-estruturas da rede transeuropeia.

Durão Barroso deveria também saber que foi no tempo em ele próprio integrava o Governo que a terceira travessia sobre o Tejo se colocou como prioridade, sendo que esse projecto está por agora suspenso.

Esta impreparação do líder do PSD descarrila depois na demagogia a puxar ao populismo para ganhar mais uns quantos votos junto dos mais desfavorecidos da nossa sociedade. Barroso não disse que foi nos governos do PS que houve pensões de reforma a subirem até 83 por cento, que o caudal das listas de espera nos hospitais se reduziu

substancialmente com a realização de 23 mil cirurgias só em 2001, para não falar no conjunto de novas políticas sociais que retiraram Portugal da cauda da Europa no respeitante à pobreza.

Não é aceitável, e os portugueses não compreendem, que em plena campanha eleitoral haja um candidato a primeiro-ministro a dizer que a melhoria das pensões ou que o funcionamento do Serviço Nacional de Saúde estão dependentes da suspensão de obras públicas de grande envergadura, porque isso, além de não ser verdade, não é sério.

O que resultou do Coliseu foi, portanto, uma mão-cheia de nada e outra de coisa nenhuma. Quanto à forma tudo muito bonitinho, à grande e à francesa para encher o olho, mas no respeitante ao conteúdo, à substância das propostas, nada de novo. Até o apregoado choque fiscal se quedou por um mero enunciado de princípios para aplicar ao longo da legislatura.

Ainda não é desta que Durão Barroso chega a primeiro-ministro.

DECLARAÇÃO DE CRAVINHO

PS ACUSA DURÃO DE IMPREPARAÇÃO E FALTA DE PUDOR

O PS, pela voz de João Cravinho, acusou o líder do PSD, Durão Barroso, de "demagogia e falta de pudor" por rejeitar a construção de um novo aeroporto na Ota e uma terceira travessia no Tejo com "argumentos falsos e demagógicos" de que o dinheiro para estas infra-estruturas poderia ser canalizado para despesas sociais.

João Cravinho proferiu uma declaração política, na segunda-feira, na sede nacional do Largo do Rato, em que criticou e desmontou as afirmações de Durão Barroso na convenção do PSD, que revelam "impreparação" O ex-ministro do Equipamento esclareceu



que o novo aeroporto da Ota será construído com base em investimentos privados, sem recurso ao Orçamento de Estado, e que a fatia de investimento público é de 324 milhões de euros do Fundo de Coesão da União Europeia, que só pode ser utilizado em infra-estruturas da rede transeuropeia.

Cravinho sustentou que o novo aeroporto "é uma exigência que a competitividade e o desenvolvimento do País põem a qualquer governo", acrescentando que "todos os estudos fundamentados mostram que o actual aeroporto estará saturado em 2010". Segundo sublinhou Cravinho, "qualquer adiamento representará um ónus para a competitividade e qualidade urbana". O novo aeroporto, adiantou, é preciso para livrar "centenas de milhares de pessoas" que moram ao pé do aeroporto da Portela do ruído - que atinge já níveis preocupantes - dos aviões a descolar e a aterrar.

Quanto à terceira travessia do rio Tejo, disse que Durão Barroso "vem atrasado oito meses", porque já foi tomada a decisão de suspender o plano de construção de uma nova ponte, decorrendo no entanto diversos estudos sobre esta matéria.

"O líder do PSD revela impreparação e falta de preparação na abordagem de matérias que pela sua importância mereciam sentido de Estado e coerência de princípios", afirmou. Segundo Cravinho, as afirmações de Durão Barroso revelam uma total "falta de pudor" porque vêm de um ex-ministro de um Governo que fixou em 1995 o valor da pensão mínima do regime geral em 27.600 escudos, enquanto hoje o valor desta mesma pensão para os beneficiários com 40 anos de contribuição se situa nos 62.100 escudos, o que se traduz num aumento de 83,6 por cento.

J. C. B.



SITUAÇÃO NA ÁFRICA DO SUL

GUTERRES RESPONDE A CARTA DE JARDIM

O primeiro-ministro português defendeu, em carta enviada ao presidente do Governo Regional da Madeira, "algum realismo e ponderação" na análise das soluções para o problema da violência que afecta a comunidade portuguesa na África do Sul.

O documento surge em resposta a uma carta enviada por Alberto João Jardim a António Guterres.

O teor da resposta do primeiro-ministro foi divulgado no dia 14 pela presidência do governo madeirense.

"Trata-se de uma questão muito importante, complexa nas suas causas, devendo ser acompanhada de perto, aconselha igualmente, quando se examinam as diversas soluções possíveis, algum realismo e ponderação para que se evitem mal-entendidos que poderiam afinal, ser prejudiciais aos esforços que se têm desenvolvido", escreve Guterres.

O primeiro-ministro declara partilhar as preocupações de Jardim e enuncia as diversas iniciativas tomadas pelo Governo português junto das autoridades sul-africanas.

Na missiva, Guterres refere a visita a Portugal da ministra de Segurança do governo regional



de Gauteng (área que inclui Joanesburgo e Pretória), as deslocações de membros do Governo português à África do Sul e os encontros com o ministro sul-africano da

Segurança e os representantes da comunidade portuguesa. Aponta os esforços desenvolvidos junto do Conselho de Assuntos Gerais da União Europeia

que "mandatou as instâncias necessárias para examinar o seguimento que poderá ser dado às ideias avançadas pela delegação portuguesa, designadamente no âmbito da cooperação policial com a África do Sul".

Na carta, Guterres salienta ainda que estão em fase de conclusão as negociações para a celebração de um acordo de cooperação no domínio do combate à criminalidade, que foi colocada à disposição dos consulados uma linha financeira para custear apoio psicológico a vítimas de crimes e respectivas famílias.

Diz também que está em fase de negociação uma convenção na área da segurança social entre os dois países e o lançamento de um ambicioso programa de ensino do português a lusófonos que poderá beneficiar os portugueses e a integração de comunidades sul-africanas.

Acrescenta ter escrito ao Presidente sul-africano, Thabo Mbeki, expressando a preocupação do Executivo português e "solicitando todo o empenho nas formas de cooperação a estabelecer entre os dois governos para uma maior segurança dos portugueses na África do Sul".

QUESTÕES POLÉMICAS

SAMPAIO TOMA POSIÇÃO

O Presidente da República, Jorge Sampaio, posicionou-se perante duas questões polémicas da sociedade portuguesa: a interrupção da gravidez e as salas de injeção assistida.

Numa entrevista concedida à BBC, Jorge Sampaio, manifestou-se favorável ao regresso do tema da despenalização do aborto à agenda política.

Sampaio refere que a lei actual deve ser revista e não fecha a porta a um novo referendo sobre interrupção da gravidez.

O chefe de Estado considera que a questão do aborto está a ser "camuflada" e que isso não pode acontecer porque é preciso alterar a lei. Sampaio, que sempre foi favorável à despenalização da interrupção voluntária da gravidez, justifica a sua posição com a necessidade de haver "uma evolução da lei existente", o que só será possível se o tema for novamente objecto de discussão.

Por outro lado, e no que respeita à problemática da toxicod dependência, questão que tem merecido desde sempre uma especial atenção do Presidente da República, Jorge Sampaio admitiu a introdução de salas de injeção assistida para toxicod dependentes em Portugal, considerando que nenhuma técnica de combate à droga pode ser dispensada.

Sampaio, que falava durante uma visita a um centro de apoio a toxicod dependentes em Londres, disse que em termos de tratamento o "degrau de cima" das "salas de chuto" é possível, defendendo, contudo, que antes disso é preciso tratar da prevenção e da política de



redução de riscos, por causa da saúde pública. "A sala de chuto é apenas para uma pequena percentagem de heroínómanos e há um conjunto de temas como a prevenção activa que têm de ser desenvolvidos", sublinhou.

Jorge Sampaio considerou ainda que o combate à droga é "uma batalha com longo caminho a percorrer, na qual a sociedade civil deve participar".

J. C. B.

VISITAS A SETE CONCELHOS

PRESIDENTE PROMOVE DEBATES TEMÁTICOS

O Presidente da República iniciou ontem uma série de visitas de três dias a sete concelhos do médio Tejo, com o objectivo de abordar e promover a discussão de temas como a educação, desenvolvimento regional, requalificação urbana e ordenamento, cultura, entre outros.

Esta é uma visita que já está a ser preparada há algum tempo que o chefe de Estado não quis adiar, apesar de decorrer em período de pré-campanha para as legislativas de 17 de Março.

No Sardoal o tema é a educação, em Mação o desenvolvimento regional, em Abrantes a requalificação urbana, em Ourém o desenvolvimento industrial e turismo, em Torres Novas a indústria e as parcerias público-privado e em Tomar a cultura.

O Presidente escolheu estes municípios por considerar que, apesar de estarem perto da capital, sofrem de alguns problemas de interioridade.

Jorge Sampaio vai reunir-se com autarcas, empresários e autoridades escolares e da cultura locais.

Do programa fazem parte visitas a escolas, empresas, a novas estradas, a inauguração de uma sociedade filarmónica e de um cinema que beneficiou de recuperação em Tomar.

PROGRAMA DE GOVERNO

INCREMENTAR A COMPETITIVIDADE E REFORÇAR A COESÃO NACIONAL



O programa de Governo do PS, aprovado pelo Secretariado Nacional do PS, e que será apresentado no sábado por Ferro Rodrigues, no Centro de Congressos de Lisboa, define como prioridade “elear a confiança dos portugueses”, toma como objectivo “tornar Portugal dos melhores entre os melhores” e aponta como estratégia “incrementar a competitividade e reforçar a coesão nacional”, tendo como pano de fundo em todas as áreas a estabilidade das finanças públicas, por via da redução da despesa.

No documento, elaborado por uma equipa liderada pelo actual ministro da Justiça, António Costa, o PS propõe um “compromisso de verdade”, fundado “num conhecimento rigoroso, realista e profundo” da situação do País, e um “contrato de acção” que “pretende reforçar o nosso lugar na Europa alargada e no mundo em mudança, construindo um país mais moderno, desenvolvido e coeso, em convergência real com os países mais avançados da União Europeia”.

Para elear a confiança dos portugueses em si próprios e em Portugal, o PS aponta, no documento intitulado “Renovar a maioria”, três vias para esse desígnio: a confiança nas finanças públicas, na autoridade do Estado e no sistema político. Nas finanças públicas, que ocupam um lugar de destaque no programa, visando a sua estabilidade, o PS propõe-se “concretizar os objectivos de estabilidade financeira e rigor orçamental definidos em termos plurianuais no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento”.

A programação plurianual dos investimentos, a contratualização das obrigações de serviço público, os limites plurianuais às despesas de pessoal, a auditoria de custos e de gestão aos serviços públicos, a gestão pública flexível e por objectivos, os programas de controlo da despesa corrente, a reforma da administração financeira do Estado e a

gestão nos ministérios por objectivos, são as principais medidas avançadas na área das finanças públicas.

Na política fiscal, que “tem de ser um instrumento de equidade, de solidariedade nacional e de incentivo ao investimento e à competitividade das empresas”, será dada prioridade “à eficiência da administração pública, através da plena informatização”.

Combate à evasão fiscal

No âmbito do combate à evasão fiscal, o PS propõe-se levar a cabo “o cruzamento de bases de dados fiscais e da segurança social”, e avançar com a penalização fiscal e no acesso a ajudas do Estado a contribuintes sediados em paraísos fiscais, “off-shores”, bem como promover a redução da tributação do rendimento das empresas em domínios estratégicos, para aumento da produtividade, da inovação tecnológica e do investimento e promoção da actualização dos valores patrimoniais dos imóveis e eliminar a sisa, substituindo-a pelo imposto de selo.

A educação é outra das grandes apostas do programa do Governo. Um dos objectivos centrais é aumentar a qualidade de todos os níveis de ensino. O documento prevê o acesso de novos alunos no ensino superior, para aumentar a competitividade do País e resolver o problema estrutural das qualificações. Serão criadas condições

e estímulos para que o ensino superior ofereça “formações curtas”, sejam pós-secundárias profissionalizantes, sejam pós-graduações, visando a conversão e a actualização profissional, assim como o acesso de candidatos adultos sem habilitações formais.

A melhoria do ensino das disciplinas de português, matemática e inglês nos ensinos básico e secundário é outro dos objectivos contidos no documento, que prevê ainda a revisão dos estatutos das carreiras docentes.

Na área da protecção social, para além do aprofundamento das políticas inovadoras dos governos socialistas, o programa aponta como prioridades garantir um sistema de segurança social público sólido e universal, rever o apoio à deficiência, criando uma prestação de apoio às famílias mais vulneráveis, e lançar o rendimento mínimo para idosos, nunca inferior, “per capita”, a metade do salário mínimo mais elevado.

Na saúde, a racionalização do Serviço Nacional de Saúde é uma prioridade, com o PS a responsabilizar os gestores pelos resultados e o controlo financeiro centralizado da despesa dos hospitais. O PS pretende ainda avançar com a criação de farmácias sociais, criar 1300 vagas em medicina e 3000 em enfermagem, garantir cuidados dentários gratuitos aos jovens até aos 16 anos, e diminuir as taxas

moderadoras para quem tem menos recursos.

Reforma do sistema político

Na justiça, o programa de Governo prevê a revisão da lei da droga e da legislação sobre branqueamento de capitais.

Na defesa, o PS propõe-se integrar os sistemas de ensino dos três ramos das Forças Armadas e corrigir progressivamente o orçamento da defesa para valores recomendados pela NATO.

Na segurança, a grande novidade vai para a criação de uma Autoridade Nacional de Informações, na dependência directa do primeiro-ministro, e o reforço do policiamento em bairros problemáticos.

A reforma do sistema político é outra das apostas do programa de Governo. Neste quadro, o PS propõe uma mudança no financiamento dos partidos, de forma a que este passe exclusivamente a ser suportado pelo Estado e pelos militantes dos respectivos partidos. A diminuição do número de deputados, a criação de círculos uninominais, a limitação de mandatos e a criação de executivos camarários homogéneos são outras das propostas que o PS pretende implementar com vista ao “prestígio das instituições democráticas” e à “dignificação da actividade política”.

J. C. CASTELO BRANCO

BRAGANÇA

JANTAR DE APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS

O cabeça-de-lista do PS pelo distrito de Bragança, Armando Vara, acusou o PSD de estar a prometer reduções fiscais para as zonas do interior do País quando, na realidade, já estão num escalão abaixo aos valores propostos pelo partido laranja.

"As microempresas pagam hoje uma taxa de IRC de 15 por cento, inferior à proposta do PSD de redução das tributações para 20 por cento", afirmou, considerando que a promessa do principal partido da oposição não terá qualquer reflexo em zonas como o distrito de Bragança. Armando Vara reclamou para o PS a atribuição destes benefícios fiscais que contemplam também as pequenas empresas que "em 95 pagavam 36 por cento de IRC e tiveram uma redução para 25 por cento".

As críticas às propostas do PSD marcaram um jantar de apresentação dos candidatos e das linhas programáticas do PS para o distrito de Bragança.

O segundo elemento da lista, Mota Andrade, considerou "um escândalo" a intenção do PSD de diminuição do IRS em cinco por cento para os rendimentos mais altos e "uma inverdade a



tentativa de o PSD fazer crer que os impostos vão baixar".

Social-democracia passa a liberalismo desenfreado

"A social-democracia no PSD passou a pouco

ou mesmo nada e está num liberalismo desenfreado", disse, apontando imediatamente a seguir o que considera uma das principais diferenças entre PS e PSD e uma das áreas em que os governos socialistas "têm obra feita" - o social.

Os socialistas de Bragança dizem que vão

aproveitar parte da campanha para "evidenciar a obra feita", utilizando trunfos como o Rendimento Mínimo Garantido, os investimentos nos apoios à infância e à Terceira Idade, o aumento das reformas e a duplicação das verbas transferidas para as autarquias.

"Falamos destas áreas porque o nosso lema foi: as pessoas em primeiro lugar", disse Mota Andrade, um dos dois deputados socialistas, que partilham com mais dois deputados do PSD os quatro lugares do círculo eleitoral de Bragança na Assembleia da República.

Combater a ideia de que o Governo nada fez pelo distrito de Bragança e procurar que "a campanha seja tranquila e que à casa das pessoas não cheguem inverdades" é o propósito dos candidatos socialistas para quem "os indicadores económicos revelam que se vive melhor actualmente do que em 1995".

Armando Vara fez questão de lembrar que durante os governos socialistas foram assinados protocolos com as autarquias que implicam avultados investimentos, apontando o caso de Bragança, contemplada com 10 milhões de contos pelos programas Polis e de urbanismo comercial.

Sobre as propostas concretas para o distrito de Bragança, os candidatos socialistas vão falar durante a campanha eleitoral, sublinhando que "serão propostas integradas no programa que o PS vai apresentar aos portugueses e não desgarradas".

PORTO

ALBERTO MARTINS ALERTA PARA O PERIGO DA DIREITA NEOLIBERAL

O cabeça-de-lista do PS pelo círculo do Porto, Alberto Martins, acusou o PSD de querer "tirar aos pobres e às classes médias para dar aos mais ricos". Uma espécie de Robin dos Bosques, ao contrário, em versão pós-moderna e neoliberal.

Segundo Alberto Martins, que falava durante a apresentação dos candidatos do PS pelo Porto, a escolha dos portugueses nas próximas eleições de 17 de Março é muito clara: ou a "esquerda democrática" ou a "direita neoliberal mascarada de vendedora de ilusões".

Alberto Martins lembrou a obra dos governos socialistas: mais hospitais, mais vagas no ensino superior, mais polícias, aumento das pensões, menos pobreza. No entanto, reconheceu, "nem sempre escolhemos a melhor política para concretizar as nossas políticas".

Mas o PS, acrescentou, "percebeu a mensagem das autarquias e vai encetar um novo ciclo.

Alberto Martins não poupou elogios ao novo líder do PS, um homem que sempre lutou pelos direitos políticos e sociais", em contraste com Durão Barroso, "gestor de silêncios, rodeado



por ideólogos de direita".

Por sua vez, o mandatário da candidatura, o ex-ministro Daniel Bessa, criticou a "demagógica" proposta do "choque fiscal" avançada pelo PSD, uma medida que gera "perplexidade e confusão".

CO-INCINERAÇÃO

ALMEIDA SANTOS RECUSA MÉTODO SE HOVER RISCOS

O cabeça-de-lista do PS às eleições legislativas pelo círculo de Coimbra, Almeida Santos, disse que defenderá o fim da co-incineração se for demonstrado que é prejudicial para a saúde e o ambiente.

Almeida Santos, que falava em Coimbra num encontro com a Comunicação Social que marcou o arranque da pré-campanha eleitoral, disse que em "qualquer momento" a co-incineração de resíduos industriais perigosos pode ser travada. Contudo, António Almeida Santos realçou que "é tarde para impedir que pelo menos mais uma experiência se faça", com vista a avaliar o grau de perigosidade deste método de tratamento dos resíduos industriais perigosos nas cimenteiras de Outão (Setúbal) e Souselas (Coimbra).

"Estarei na primeira fila daqueles que se batem pelo fim da co-incineração se os resultados da próxima experiência forem lesivos para a saúde e o ambiente", avisou.

Fausto Correia apela ao voto útil

Por sua vez, Fausto Correia, segundo na lista de candidatos do PS em Coimbra, vaticinou que apenas o PS e o PSD voltarão a eleger deputados



por aquele distrito nas eleições de 17 de Março. Nas últimas legislativas, pelo círculo de Coimbra, o PS elegeu seis deputados e o PSD quatro.

Na opinião de Fausto Correia, votos em outros partidos são "completamente inúteis" neste círculo.



APOIO SOCIAL A EMIGRANTES

DEPUTADOS SOCIALISTAS CONGRATULAM-SE COM ALARGAMENTO

O deputado socialista Carlos Luís classificou as alterações ao Apoio Social a Idosos Carentes das Comunidades Portuguesas (ASIC) como uma medida "estrutural, com matriz eminentemente social", acrescentando que alguns dos nossos emigrantes vivem ainda num quadro de exclusão social.

Para Carlos Luís, o PS "governa com matriz reformista e essencialmente social", ao contrário do que, na sua opinião, aconteceu durante o anterior Governo laranja, no qual o actual líder do PSD, Durão Barroso, desempenhou as funções de ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades.

Segundo lembrou o deputado socialista, durante os governos de António Guterres foram informatizados todos os consulados portugueses no mundo e atribuídas 1000 bolsas de estágios para luso-descendentes em Portugal.

"Neste momento, há mais de 400 jovens, vindos de todo o mundo, a estagiar em empresas em Portugal", frisou.

No sector da educação, Carlos Luís referiu que existem actualmente 697 professores portugueses espalhados no mundo, além dos 160 que leccionam em Timor Leste, e 69.021 alunos a aprender português nos países de acolhimento, tendo o Governo socialista criado



18 centros culturais. O número de cursos passou de 1901 para 2933, salientou o deputado do Partido Socialista.

Olhar inovador para os problemas das comunidades

Por sua vez, Ofélia Guerreiro, cabeça-de-lista do PS pelo círculo fora da Europa, mostrou-se muito emocionada com a decisão do Governo em dilatar o âmbito do ASIC.



Ofélia Guerreiro disse que "neste momento em que o Governo toma medidas tão importantes para as comunidades portuguesas só pode dizer que tem orgulho em pertencer ao partido socialista e ser neste momento cabeça-de-lista pelo partido que é autor deste alargamento". "Emociono-me o orgulho-me nesta ocasião porque não vi nenhum outro partido olhar de uma maneira tão inovadora e tão humana os problemas das comunidades portuguesas", acrescentou.

Os socialistas Carlos Luís e Ofélia Guerreiro, respectivamente, deputado pelo círculo da Europa e cabeça-de-lista pelo círculo fora da Europa, congratularam-se com a decisão do Conselho de Ministros em dilatar o âmbito do fundo de apoio social a emigrantes.

Recorde-se que em Maio do ano passado, durante a sua passagem pela Assembleia da República, a candidata socialista defendia que o ASIC "era um dos exemplos em que se devia insistir", acentuando que se tornava "urgente a sua revisão no que concerne aos mínimos a conceder, assim como aos critérios da idade mínima dos carenciados".

Nessa ocasião, Ofélia Guerreiro pediu também que noutras circunstâncias de "razões objectivas de insuficiência de saúde e outras, a avaliar" se estendesse o âmbito do ASIC aos emigrantes mais carenciados.

A candidata garantiu que outras medidas surgirão na próxima legislatura, já que, frisou, "há muito ainda a fazer" para ultrapassar muitos dos problemas da comunidade.

VILA REAL

CANDIDATOS EM PRÉ-CAMPANHA



Os candidatos socialistas a deputados pelo círculo de Vila Real iniciaram a sua pré-campanha no concelho de Boticas, tendo visitado equipamentos e infra-estruturas que foram apoiados, nos últimos seis anos, pelos governos do PS.

A comitiva socialista pôde constatar que Boticas passou a dispor, desde o início deste ano, de um moderno Centro para Deficientes, já tem em funcionamento uma Piscina Municipal e uma Biblioteca, abriu recentemente um Museu Rural, concretiza um

projecto de Habitação Social, promoveu a construção de uma Variante e está a ultimar uma Escola Fixa de Trânsito, empreendimentos concretizados com base em protocolos e contratos-programa aprovados e financiados com montantes muito significativos, cerca de seis milhões de contos, pelo Governo.

O PS/Vila Real refere que, ao contrário do que diz o actual presidente da Câmara de Boticas, "o Governo do PS não discrimina o interior nem as câmaras que são lideradas pelos partidos da oposição"

Os candidatos do PS constaram ainda que, apesar dos milhões investidos, há ainda novas áreas a merecer atenção, tais como as insuficiências que se verificam na construção dos acessos ao Aterro Sanitário e o estado de abandono em que se encontra na Presa do Padre Pedro, um arranjo para parque de lazer e merendas.

GUTERRES PODERÁ RECANDIDATAR-SE À PRESIDÊNCIA DA IS



António Guterres deverá recandidatar-se à presidência da Internacional Socialista durante o próximo congresso da organização, previsto para Novembro, em Moscovo.

Segundo o secretário nacional do PS para as Relações Internacionais, camarada José Lamego, "há praticamente unanimidade dentro do Partido Socialista Europeu, ou na direcção da IS, no sentido de que António Guterres se

recandidate a mais um mandato".

Se Guterres voltar a ser eleito presidente da IS, cumprirá mais um mandato de três anos, terminando as suas funções no cargo em Novembro de 2005.

José Lamego afirmou que, "a partir do momento em que António Guterres abandone o cargo de primeiro-ministro, estará mais liberto para as missões internacionais da IS".

Em Maio, António Guterres presidirá a mais um conselho da IS, em Casablanca, Marrocos, onde deverá ficar praticamente definido o local da realização do congresso da organização.



MARIA HELENA ANDRÉ

SINDICATOS DEVEM ALARGAR OS SEUS PÓLOS DE ACÇÃO

Maria Helena André, sindicalista de sempre, rumou à Europa, exercendo em Bruxelas o cargo de secretária confederal da CES. Esta camarada, que integra a nossa lista pelo círculo da Europa, considera que o movimento sindical, para ultrapassar a crise em que se encontra, deve alargar os seus pólos de acção.



Desde sempre ligada ao mundo sindical, onde chegou a ser responsável pelo Departamento Internacional da UGT na área da Juventude, Maria Helena André confessa-se adepta de "um movimento sindical forte que seja interventivo em todas as questões que têm a ver com a justiça social".

Refere que o sindicalismo não pode estar apenas confinado ao seu papel reivindicativo, importante mas não suficiente, devendo apostar na negociação e diálogo e na participação activa na implementação das políticas económicas e sociais.

"O sindicalismo deve ter pólos de interesses mais amplos como forma de atrair, nomeadamente, as camadas mais jovens. É este o grande desafio que se coloca no futuro. No entanto, reconheço, há um longo caminho a percorrer, uma vez que tem havido pouca capacidade para se renovar", afirma.

Maria Helena André considera que cada vez mais, num mundo globalizado, as respostas aos principais problemas com que se defrontam aos

PREFERÊNCIAS

Político nacional
Jorge Sampaio

Político estrangeiro
Helmut Schmidt

Livro
"Os Maias"

Escritor
Eça de Queiroz

Filme
"Voando sobre um ninho de cucos", de Milos Forman

Música
"1492", de Vangelis

Compositor
Freddie Mercury

trabalhadores de cada Estado dos Quinze só podem ser encontradas ao nível europeu, nomeadamente através da acção da CES.

Esta militante, que exerce as funções de secretária confederal da CES, não poupa elogios à acção dos governos socialistas nas áreas laboral e social, onde foram registados grandes avanços. "Se compararmos com a prática dos governos laranja, que gerou graves conflitos sociais e laborais, a diferença é abissal", afirma. "O PS, é necessário lembrar, criou as condições enquanto foi governo para que houvesse maior protagonismo das organizações sindicais relativamente à definição das políticas sociais", refere.

Para além da intensa actividade no mundo laboral, Maria Helena André teve ainda uma experiência como autarca na Junta de Freguesia de Paço de Arcos, que classifica como "extremamente gratificante a todos os níveis, embora por vezes algo frustrante dada a escassez de meios que eram atribuídos na altura às autarquias".

Elogios a Ferro Rodrigues

Admiradora de Jorge Sampaio e de Helmut Schmidt, esta militante, que faz parte do Secretariado da Secção do PS/Bruxelas, manifesta-se contente com a escolha de Ferro Rodrigues para dirigir os destinos do partido e, esperamos, do País.

"Tem todas as capacidades, nomeadamente nas áreas económicas e sociais, para encaminhar o País na senda do progresso", salienta.

Por outro lado, e no que respeita ao nosso partido, Maria Helena André afirma ser necessário haver "mais debate ideológico e político", bem como "um rejuvenescimento dos quadros do partido e uma maior coordenação entre as diversas estruturas".

Acrescenta ainda, num tom crítico, que nos últimos seis anos "o Governo esteve de costas voltadas para o PS e vice-versa. Esta é uma prática que não poderá voltar a repetir-se e que foi talvez responsável por alguns erros cometidos".

J. C. CASTELO BRANCO



Portugal foi o único Estado-membro da União que atingiu em pleno o objectivo do plano de acção e-Europe, que consistia na ligação de todas as escolas à Internet até ao final do ano transacto.

Nos restantes países da UE esta meta não foi alcançada uma vez que o índice de penetração da rede se situava, em Dezembro último, nos 80 por cento.

Ao contrário, no nosso país, todos os estabelecimentos de ensino públicos e privados do quinto ao décimo ano de escolaridade dispunham, em 2001, de ligação à Net, bem como todas as escolas da rede pública do primeiro ao quarto ano, de acordo com números da UARTE (Unidade de Apoio à Rede Telemática Educativa).

Destaque-se igualmente que, nos últimos dois anos, a penetração média da Internet nos lares

européus aumentou consideravelmente, passando de 18 por cento em Março de 2000 para quase 38 por cento em Dezembro de 2001. Os números, divulgados no passado dia 12, constam no "Relatório de Avaliação Comparativa do Plano de Acção e-Europe para 2002", onde Portugal regista uma taxa de penetração da Net (percentagem de lares ligados) de 26 por cento, à frente da Espanha, com 24 por cento, e da Grécia, com 10 por cento.

O relatório apresentado, que pormenoriza o estado actual de desenvolvimento da Sociedade da Informação na Europa, vai ser analisado pelos ministros das Comunicações, hoje, amanhã e no sábado, em Vitória, no Norte de Espanha.

A Comissão Europeia recorda que o índice de penetração da Internet pode ser medido segundo dois critérios: o número de lares que

E-EUROPE

PORTUGAL NA VANGUARDA DA LIGAÇÃO DAS ESCOLAS À NET

dispõem de acesso à Internet e o número de pessoas que utilizam de forma regular este meio de comunicação, seja no trabalho, escola, domicílio ou outros.

Até ao final de 2002, a Comissão espera que a média comunitária de penetração da Internet passe de 37,7 por cento para 50 por cento e que a taxa mínima se situe nos 30 por cento. Quanto aos utilizadores, a Bruxelas sublinha que em Novembro de 2001 mais de 50 por cento da população maior de 15 anos utilizava a Internet de forma regular. Entre os cibercibernetas, mais de 80 por cento ligam-se à rede pelo menos uma vez por semana.

O número de mulheres que utilizam a Net no espaço comunitário aumentou de 35 por cento em Outubro de 2000 para 40 por cento em Dezembro de 2001, enquanto o número de utilizadores masculinos subiu de 50 por cento para 56 por cento, no mesmo período.

O nível de penetração nas empresas é superior ao dos lares. A Comissão assegura que 90 por cento das empresas com mais de dez trabalhadores estão ligadas à Internet e 60 por cento dispõem de uma página própria na Web.

www.pavconhecimento.mct.pt

Examinar como evoluiu a Sociedade da Informação em Portugal nos últimos seis anos foi também o objectivo da "avaliação" que o Ministério da Ciência e da Tecnologia fez, no dia 16, no Pavilhão do Conhecimento, em

Lisboa.

"Um dia com a Internet" foi o tema proposto para debater realidades novas como a ligação de todas as escolas do País à rede mundial, ou discutir como é que os museus e as bibliotecas utilizam este novo meio de comunicação.

Das 11 horas até à meia-noite, o Pavilhão do Conhecimento acolheu debates, exposições e módulos interactivos. Na grande nave do pavilhão, os visitantes encontraram o espaço do programa Internet na Escola.

Também a demonstração das experiências mais recentes em matéria de Espaços Internet e uma área de exposição da Rede Ciência Tecnologia e Sociedade tiveram lugar destacado no Pavilhão do Conhecimento, durante todo o dia. A Iniciativa incluiu ainda uma demonstração de aplicações lúdicas da Web, com destaque para os jogos *on-line* e a criação de música na Internet. Durante a manhã foram assinados protocolos com a Associação Nacional de Freguesias, com as Escolas Superiores de Educação e Universidades, com a Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo e com o Estado Maior do Exército. Segundo o Ministério da Ciência e da Tecnologia, todos estes acordos têm um objectivo comum: criar novas parcerias entre o ministério e sectores importantes da sociedade portuguesa para a massificação do uso público da Internet e das tecnologias de informação e para a formação dos cidadãos no seu uso.

MARY RODRIGUES

INVESTIGAÇÃO

UNIVERSIDADE DE AVEIRO COM LABORATÓRIO ASSOCIADO

O Governo socialista deu mais um passo no sentido da constituição de uma rede de instituições de investigação científica de referência.

O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, presidiu à assinatura de um contrato que prevê o investimento de uma verba de 16 milhões de euros durante um período de dez anos no primeiro laboratório associado da Universidade de Aveiro (UA).

Trata-se do Centro de Investigação em Materiais Cerâmicos e Compósitos (CICECO), que faz ascender a 11 o número total destas unidades no País.

A criação do primeiro laboratório associado da UA contribui para o "reconhecimento" do trabalho de excelência realizado por grupos de investigadores dos departamentos de Química, Cerâmica e Vidro e Física, da Universidade.

Após um longo processo, a atribuição pretendida foi oficializada sábado, dia 15, pela assinatura de um acordo com a Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Para já sem espaço físico próprio, o CICECO deverá vir a instalar-se na futura extensão do Departamento de Química da UA.

Para além da investigação destaca-se, neste contexto, a importância de duas estruturas: o Centro de Design e Tecnologia de Materiais, com vocação para a investigação aplicada, e que pode servir, por exemplo, para o simples aconselhamento de um industrial, e o Centro de Estrutura e Imagem de Materiais, que se pretende fundamental para o apoio à investigação em Portugal, ao gerir como um todo os equipamentos de que dispõe a UA.

Saliente-se ainda que o nosso país se encontra, actualmente, com o mais alto ritmo de crescimento na produção científica, em termos europeus.

M.R.

JUNTAS LIGADAS À WEB

O Ministério da Ciência e da Tecnologia vai financiar a instalação de postos públicos de acesso gratuito à Internet nas juntas de freguesia de todo o País.

Nos termos desta parceria, além de custear 75 por cento da aquisição do material informático, a tutela de Mariano Gago reembolsa as Juntas de Freguesia dos custos efectivos da ligação à Net, no período de serviço livre e gratuito ao público.

A Associação Nacional de Freguesias (Anafre) disponibilizará um *site* onde estarão indicados todos os postos públicos de acesso à Internet em funcionamento nas Juntas de Freguesia, respectiva localização e horário de funcionamento.

A pedido das Juntas, mais de 4.200, o Ministério da Ciência e Tecnologia, em colaboração com a Anafre, vai organizar seminários de formação para os funcionários que poderão apoiar os utentes na utilização dos postos públicos de acesso à rede.

O titular da pasta da Ciência, Mariano Gago, presidiu no sábado ao acto de assinatura do protocolo que estabelece esta parceria entre o Ministério da Ciência e da Tecnologia e a Associação Nacional de Freguesias.

A acordo de cooperação foi oficializado no âmbito da iniciativa "Um dia com a Internet", que decorreu no Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa.

M.R.

PORTUGAL PELA POSITIVA

A pré-campanha do PS arrancou no Funchal com casa cheia. A um mês das legislativas, Ferro Rodrigues avançou para o combate eleitoral em todas as frentes de batalha. Reuniu-se com Blair e Vitorino para analisar as questões europeias, esteve no Alentejo a mostrar a obra feita pelos governos socialistas, foi ao Porto prometer uma nova geração de políticas sociais, no distrito de Setúbal apresentou soluções inovadoras para a saúde e em Braga tratou de avançar com ideias para se ultrapassar a questão da competitividade. Entretanto, houve ainda tempo para aprovar em Secretariado Nacional o Programa de Governo que no sábado será apresentado ao País.



Em terreno particularmente hostil como é caso da Madeira, o PS realizou no passado domingo o seu primeiro comício de pré-campanha, aliás "a convenção popular madeirense" como lhe chamou o nosso secretário-geral. Na sua intervenção, Ferro Rodrigues defendeu que a Madeira precisa simultaneamente de "construir mais autonomia" e de "melhorar a qualidade da democracia", tendo sublinhado que "não somos um país de dois sistemas, somos um único país com um sistema democrático".

O líder socialista enumerou as linhas programáticas da sua candidatura e pôs em confronto o "projecto neoliberal do PSD" que pretende "destruir o papel responsável do Estado e dos governos nas políticas e quer dar ao mercado centenas de milhões de contos hoje aplicados a favor de todos os portugueses nos sistemas de saúde, de segurança social e de educação."

"Melhor democracia, melhor sociedade, melhor economia, melhor autonomia" são as metas que o PS se propõe alcançar, mas alicerçadas não apenas na competitividade e na produtividade, mas também na coesão social e territorial.

Ferro Rodrigues classificou de "insulto aos mais pobres" os ataques de políticos madeirenses ao rendimento mínimo garantido, lembrando que o governo regional é responsável pela eventual má aplicação na Madeira desses apoios aos mais carenciados na região. "Os que insultam os mais miseráveis deveriam pedir-lhes desculpas e falar contra quem foge ao fisco", afirmou Ferro Rodrigues em jeito de

conselho aos dirigentes madeirenses, lembrando os milhares de pessoas que neste arquipélago beneficiaram do RMG introduzido pelo Governo do PS.

No fundo, foram mais de trinta mil madeirenses

que beneficiaram deste regime, de acordo com os números avançados por Maximiano Martins, cabeça-de-lista pela Madeira, que apelou à mobilização da sociedade civil e ao debate interno sobre as questões autonómicas.

Insistindo nas políticas sociais, o secretário-geral do PS classificou de "subprodutos" as propostas do PSD, advertindo que "aquilo que a direita quer não passará. Não admitiremos a privatização da segurança social, uma insensatez que iria desmantelar o trabalho feito com a garantia de futuro".

SEMANA TEMÁTICA DE FERRO RODRIGUES

O secretário-geral dedicou a semana a um conjunto de temas. Na segunda-feira, deslocou-se a Londres onde abordou com o primeiro-ministro britânico a problemática europeia; a terça-feira foi dedicada à saúde, com o nosso secretário-geral a visitar uma farmácia social no Montijo e o Centro de Saúde de Odivelas; ontem, quarta-feira, esteve no distrito de Braga onde visitou uma fábrica de calçado e reuniu-se com empresários da região para analisar a problemática da competitividade; hoje, o tema é a inovação, com um programa centrado no distrito do Porto; na sexta-feira, o secretário-geral estará em Setúbal para se debruçar sobre as questões da educação/formação. E no sábado teremos a apresentação do Programa de Governo e da Comissão de Honra.

Como o "Acção Socialista" fecha a sua edição semanal à quarta-feira, não nos é hoje possível noticiar as actividades realizadas no âmbito da semana temática, a não ser a deslocação que o secretário-geral realizou na terça-feira a instituições sociais financiadas com lucros das farmácias sociais.

Acompanhado pelo actual ministro da Saúde, Correia de Campos, e pelo porta-voz do PS, Paulo Pedrosa, o líder socialista gostou do que viu no Montijo e em Odivelas. À saída da farmácia social existente no Montijo, gerida pela Associação Mutualista Nossa Senhora da Conceição, que contribui para a manutenção de um jardim infantil e centro polivalente para idosos, Ferro Rodrigues declarou: "Aquilo que alguns chamam de *lobbie* social se é isto, a capacidade de fazer o bem, é a demonstração que as farmácias sociais só têm que ir para a frente". À tarde, a visita ao Centro de Saúde de Odivelas serviu para ilustrar o que se pretende com a criação de centros de cuidados intensivos integrados. "Este é o grande desafio da saúde nos próximos dez anos", salientou Correia de Campos, justificando que mais apoio domiciliário médico e social a pessoas com dependência permite rentabilizar recursos e poupar dinheiro.

Avaliação exaustiva do ensino superior

As questões relativas ao ensino superior estiveram no centro do encontro de Ferro Rodrigues com os jovens, que decorreu na Mãe d'Água em Lisboa, com o secretário-geral a garantir, que no caso do PS ganhar as eleições, a prioridade será a avaliação de todos os cursos universitários, "não apenas curso a curso no ensino superior, mas de todos os cursos e universidades".

Com este objectivo central pretende-se "saber o que aconteceu às pessoas que se formaram um ano antes", de forma a que pais e alunos possam ter o conhecimento sobre quantos licenciados de cada curso e instituição saíram para o mercado de emprego no ano anterior, quantos arranjam trabalho e que salários auferem, de modo a poderem fazer eles próprios a sua avaliação sobre cada estabelecimento. Outra questão abordada teve a ver com a forma de financiamento do ensino superior. Depois de sublinhar que os governos do PS cumpriram com a promessa de aumentarem em um por cento do PIB as despesas com a educação, o líder do PS admitiu a possibilidade da criação

de uma espécie de imposto a ser pago pelos alunos no final da sua formação académica. Sobre este ponto deu como exemplo o caso inglês em que o governo trabalhista está a discutir a criação de um imposto a posteriori, para todos aqueles que se formaram, como forma de compensar o Estado pelo investimento que fez. "São questões que não ponho de parte", disse Ferro Rodrigues. Ainda no decurso do encontro com os jovens, Ferro Rodrigues lamentou, no respeitante à campanha em curso, a ausência de debate entre os candidatos. "Faltam apenas quatro semanas e alguns dias para a batalha das legislativas o que, infelizmente, não parece porque tem havido défice de debate político entre os candidatos", afirmou. Desmontando a ideia de que não há diferenças entre a esquerda e a direita, o secretário-geral do PS afirmou que "as diferenças são a todos os níveis e vamos ter um campo para as debater, embora não tão expressivo como eu gostaria porque o PSD acabou por meter algumas propostas na gaveta."

Líder socialista no novo Alentejo

Com a clara opção de mostrar a obra feita pelos governos socialistas, a primeira volta ao País do líder do PS começou no Alentejo, aquela que é ainda hoje uma das deprimidas regiões de Portugal. Faz precisamente hoje uma semana que secretário-geral do PS esteve em Ponte de Sor, Montemor-o-Novo e Alentejo. Em Ponte de Sor, Ferro Rodrigues visitou a fábrica de cortiças Suber Centro, inaugurada por António Guterres há cerca de um ano e considerada uma das melhores da Europa, tendo aí sublinhado a importância prática de conceitos como competitividade e produtividade justamente para ilustrar "os bons resultados que são conseguidos quando há vontade e capacidade de gestão".

Acompanhado pelo escultor José Cutileiro e pelos cabeças-de-lista dos distritos de Portalegre e Évora, Miranda Calha e Capoulas Santos, respectivamente, o líder socialista seguiu para a barragem dos Minutos, em Montemor-o-Novo, onde explicou que "o PS, ao contrário do PSD, cumpre as promessas", já que esta barragem tinha sido prometida por aquele partido em 1987, mas foram os socialistas que a realizaram. A inauguração está prevista para a próxima semana pelo ministro Capoulas Santos.

Seguiu-se depois uma visita ao aterro sanitário de Cuba, tendo o nosso candidato a primeiro-ministro aproveitado, uma vez mais, para elogiar a obra feita, neste caso a marca de José Sócrates na área do ambiente que só no Alentejo procedeu ao encerramento de noventa e duas lixeiras a céu aberto.

Um salário mínimo por casal de idosos

Acompanhado pelo cabeça-de-lista pelo Porto, Alberto Martins, pelo porta-voz do PS, Paulo Pedroso, e pelo líder da distrital, Narciso Miranda, o secretário-geral do PS esteve no passado sábado no distrito do Porto em visitas a instituições de solidariedade social.

O dia começou no Centro de Apoio à Terceira Idade, em S. Mamede Infesta, Matosinhos, instituição por Ferro Rodrigues em 1997, tendo aí prometido a criação de um rendimento para idosos, não inferior, *per capita*, a metade do



salário mínimo mais elevado, garantindo o valor deste salário a todos os casais.

Neste périplo pelo Norte, o grande sucesso do rendimento mínimo foi uma constante nas suas intervenções, congratulando-se com os indicadores europeus que posicionam Portugal, ao nível da pobreza, em melhor situação do que a Grã-Bretanha ou a Itália. Este "motivo de orgulho" foi dividido por Ferro Rodrigues com Paulo Pedroso e António Guterres, tendo proposto que, no futuro, as empresas que absorvam os beneficiários do rendimento mínimo recebam, durante um ano, o

equivalente ao dispendido pelo Estado. No caso de acolhimento de idosos no seio da família, o PS apresenta como proposta um tratamento fiscal mais favorável para esses agregados familiares, e para os necessitados de cuidados continuados a entrada em vigor de um sistema de cuidados integrado.

Ferro Rodrigues, que nesse dia almoçou com centenas de dirigentes de Instituições Privadas de Solidariedade Social, rejeitou um discurso que só aponta fraudes aos pobres, omitindo a fuga aos impostos das grandes empresas, tendo ainda afirmado, referindo-se à questão da produtividade,

que "não podemos ter uma visão de sociedade em que apenas existe economia e finanças".

Agenda europeia analisada com Vitorino e Blair

A agenda europeia dominou os encontros de Ferro Rodrigues com o comissário António Vitorino e com o primeiro-ministro britânico, Tony Blair.

No domingo, antes de partir para o comício do Funchal, o secretário-geral do PS reuniu-se ao pequeno-almoço com o nosso camarada António Vitorino para uma troca de ideias sobre a evolução política europeia e não só. A política nacional não deve ter ficado de fora da conversa. Sobre esta matéria, com a graça do costume, Vitorino disse que só deu a Ferro o conselho de cuidar bem da voz para a campanha.

Em declarações aos jornalistas, o comissário europeu afastou a ideia de poder vir a integrar um futuro executivo socialista e expressou o desejo de que a campanha eleitoral seja "uma campanha de ideias porque os próximos tempos vão ser decisivos para os interesses portugueses". Vitorino apelou ainda a que haja "grande consenso e grande convicção no futuro da União Europeia".

Na segunda-feira, Ferro Rodrigues rumou a Londres onde esteve reunido com Tony Blair. À saída do número 10 da Downing Street, o líder do PS declarou aos jornalistas que aquele tinha sido "um encontro entre dois dirigentes de partidos da esquerda democrática, da mesma família ideológica, que desejam que a União Europeia dê um salto importante já na próxima cimeira de Barcelona", marcada para meados de Março. Relativamente à agenda dessa cimeira, Ferro Rodrigues subscreveu as teses do primeiro-ministro britânico no que respeita à liberalização do mercado energético da UE. Mas, o secretário-geral do PS fez questão de sublinhar que não partilha das ideias de Tony Blair em matéria de flexibilização laboral no espaço europeu. "Sou favorável à adaptabilidade dos horários de trabalho para melhorar a competitividade das empresas, mas recuso a flexibilização dos despedimentos", referiu Ferro Rodrigues que considerou a "terceira via" como uma "especificidade do Partido Trabalhista britânico".

FERRO CRITICA DURÃO

"A VERGONHA DELE É A MINHA CONSCIÊNCIA TRANQUILA"

O secretário-geral do PS acusou o líder do principal partido da oposição de estar a fugir aos debates televisivos afirmando que Durão Barroso quer "debater o menos possível". "Eu aceitei todos os debates, enquanto Durão Barroso só aceitou o que está marcado (dia 12 de Março, na RTP)".

As críticas ao líder do PSD não se ficaram por aqui. Mereceram também reparos o aumento do IVA proposto pelo PSD que foi considerado "injusto e irresponsável, tanto mais que não solucionará o equilíbrio orçamental". Por outro lado, no que toca às anunciadas políticas fiscais, Ferro Rodrigues considerou-as "pouco claras", afirmando que foram "prometidas coisas diferentes em vários dias". "Se for aquilo que eu ouvi da boca de Durão Barroso, que falou em descida do IRC para 20 por cento e numa descida dos escalões do IRS para os mais ricos, compensada por um aumento do IVA, isso não resolverá nada e criará novos e graves problemas ao poder de compra dos portugueses", afirmou.

Ferro Rodrigues não tem também deixado escapar as oportunidades para acentuar a bipolarização na disputa eleitoral, salientando as diferenças entre os que defendem "competitividade económica conjugada com coesão social e desenvolvimento" e os que "utilizam os chavões da produtividade como argumentos para despedimentos individuais e para baixas de impostos dirigidas àqueles que menos precisam".

O secretário-geral do PS acusou também o líder do PSD de falar de matérias que desconhece, encontrando-se "mal preparado". Esta farpa surgiu na sequência de declarações de Durão Barroso sobre o novo aeroporto da Óta, com Ferro Rodrigues a esclarecer que "de acordo com os planos, o empreendimento não terá lugar nos próximos quatro anos", perguntando em seguida se Durão Barroso, no caso de vir a ser primeiro-ministro, "vai parar tudo o que já está feito".

No âmbito das políticas sociais, o secretário-geral do PS declarou-se "espantado quando alguém (Durão Barroso) diz ter vergonha das pensões de miséria. Quem fez essas afirmações deveria ter tido tal vergonha há seis anos que nem deveria aparecer na vida política. A vergonha dele é a minha consciência tranquila".

POBREZA

PORTUGAL MAIS COESO

A política social do Governo de António Guterres vê-se na rua e lê-se nos números. Portugal deixou o último lugar em matéria de exclusão no contexto europeu. Dados recentes do relatório da Comissão relativos a 1997 e 1998 revelam uma significativa redução no número de cidadãos portugueses a viverem com menos de 60 por cento do rendimento médio nacional.

O nosso país já não está na cauda da Europa no *dossier* da política social. O relatório da Comissão Europeia, elaborado durante a presidência portuguesa, aponta para uma maior coesão social na União.

Para cima, Portugal fica a uma distância de um ponto percentual da Espanha e dois da França, o que é bastante significativo.

Os quadros referentes ao risco de pobreza relativa (aquela em que se encontram as pessoas que vivem com recursos inferiores a 60 por cento do rendimento mediano nacional) revelam que as transferências sociais concretizadas no País entre 97 e 98 fizeram diminuir o risco de pobreza em quatro pontos percentuais, de 24 por cento em 1997 para 20 por cento no ano seguinte.

Verifica-se ter havido ainda uma evolução positiva na capacidade de auferir rendimentos próprios pelos portugueses em risco de pobreza relativa.

Esta evolução coincide no tempo com a plenitude de vigência, no ano de 1998, da nova política de transferências sociais implantadas durante o ano anterior.

Destaque-se em especial o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), o maior aumento das pensões (social, agrícola e de reforma) mais baixas e a diferenciação, por escalões, do abono de família em função dos rendimentos.

Todas estas medidas foram tomadas à luz do "princípio da diferenciação positiva" – "apoiar mais quem mais precisa" –, conjugadas com a elevação global das transferências sociais, bandeiras do Executivo do PS.

Os indicadores do relatório europeu tendem a melhorar nos anos subsequentes (desde 1998 até hoje). Estudos recentes e independentes afirmam que a severidade da pobreza em Portugal sofreu um forte revés dada a entrada em funcionamento do RMG.

Não deixou de haver pobreza no País, mas todos os dados disponíveis vão no sentido de afirmar que os pobres portugueses são actualmente menos pobres.

Por outro lado, com a implementação do Plano Nacional para a Inclusão (PNAI), prevê-se que os valores absolutos de redução de taxa de pobreza em Portugal tornem esta mudança mais visível, apontando-se para uma redução de 17



por cento da pobreza relativa até 2005.

Assim, a pobreza relativa em Portugal em muito dependerá, no futuro, da manutenção das opções de política social, dada a importância da gestão que de aqui para a frente se faça das transferências sociais.

Vitória do emprego

Também o ministro do Trabalho e da Solidariedade está convencido de que a avaliação continuará a ser positiva após 1998. "A nossa taxa de emprego é das mais elevadas da Europa, enquanto a nossa taxa de desemprego é das mais baixas da UE, o que, conjugado com a diminuição do risco de pobreza, mostra que houve ganhos significativos de coesão social no país nos últimos anos", afirmou Paulo Pedroso.

Para o governante, nem mesmo o

abrandamento económico poderá ensombrar este panorama, pois mesmo neste contexto "houve um grande dinamismo empregador em 2001, já que pudemos incorporar no mercado de trabalho cerca de 120 mil imigrantes", sem que isso tenha feito aumentar a taxa de desemprego.

No relatório da Comissão – que será apresentado em Março na primeira Cimeira da Primavera, a decorrer em Barcelona e que representa a primeira avaliação da Estratégia de Lisboa –, Portugal é alvo de um elogio directo por ter atingido a taxa de 50 por cento para o emprego de pessoas entre os 55 e 64 anos.

Para isto contribuíram medidas implementadas pelo Governo socialista que desincentivam a reforma antecipada, nomeadamente o facto de o cálculo das pensões ser feito em função da carreira contributiva.

M.R.

AMBIENTE

NOVO CENTRO DE TRIAGEM PARA DISTRITO DE LISBOA

O lixo produzido em Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira e Amadora já estão a ser separados, prensados e enfiados na nova Central de Triagem e EcoCentro da Valorsul. Desde o passado dia 15 que os resíduos urbanos da área em questão são tratados para posterior reciclagem.

"Reciclar é a principal prioridade" num país que pode orgulhar-se de ser detentor de um indicador de desenvolvimento: "Portugal tem cem por cento de cobertura no tratamento final dos seus resíduos sólidos urbanos", disse José Sócrates na inauguração do maior Centro de Triagem e EcoCentro (CTE) nacional, ontem no Vale do Forno, bem próximo do antigo aterro sanitário de Lisboa.

O ministro do Ambiente e a administração da Valorsul, a sociedade responsável por este novo centro, destacaram a crescente sensibilização e o desenvolvimento que Portugal registou na área ambiental desde 1995/96.

"Do oito passámos rapidamente para o 80", frisou Sócrates.

A infra-estrutura, que faz parte de um sistema integrado que inclui a incineradora de S. João da Talha, o aterro sanitário de Mato da Cruz e a futura estação de tratamento e valorização



orgânica da Amadora.

O novo CTE tem uma capacidade de processamento anual de 105 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos, com vista à sua optimização após recolha selectiva dos fluxos de papel e cartão e de embalagens metálicas ferrosas e não ferrosas e plásticas. Plásticos, papel, metais, e cartão são escolhidos e depois vendidos à Sociedade Ponto Verde com quem a Valorsul tem um contrato para escoamento.

M.R.

MUNICÍPIOS

ASSINADO PROTOCOLO SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE ESTRADAS

O Governo vai apoiar os municípios na conservação das estradas nacionais. A cada autarquia será afectada uma verba de cinco mil euros (mil contos) por ano e por quilómetro de rodovia a preservar.

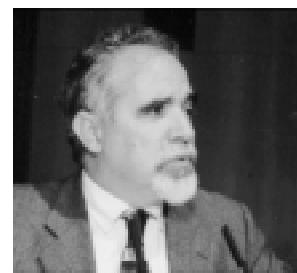
Assim ficou estabelecido no protocolo assinado dia 15, entre o Governo e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), numa cerimónia presidida pelo secretário de Estado das Obras Públicas, Vieira da Silva.

O documento visa regular a transferência para as autarquias de estradas desclassificadas pelo Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN2000), através da atribuição dos meios necessários à sua manutenção.

O protocolo, que vem resolver um problema com décadas, tem por base a Lei 159/99 e o PRN2000 sobre transferência das atribuições e competências para os municípios.

As vias a desclassificar e a entregar à responsabilidade municipal serão objecto de um protocolo entre o Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (ICERR) e cada autarquia.

Os cinco mil euros, valor actualizável anualmente pelos níveis de inflação, destinam-se a obras de conservação, acrescentando aos



investimentos em trabalhos de beneficiação que a Administração Central tem de fazer previamente à desclassificação de cada uma das vias.

O desenvolvimento do protocolo é acompanhado por uma comissão constituída pelo Ministério do Equipamento e da ANMP.

O protocolo é válido pelo prazo de um ano, findo o qual os resultados serão avaliados, tendo em vista a elaboração de propostas legislativas que concretizem a transferência de atribuições e competências para os municípios.

URBANISMO

POLIS SEM CORES PARTIDÁRIAS

A contagem decrescente para a conclusão das obras previstas no Programa Polis para Silves já começou. Até 2005 serão uma realidade a requalificação das margens do rio Arade, a reabilitação do centro histórico da cidade e a remodelação do Castelo de Silves – que passa pela sua musealização e criação do ambiente islâmico.

Na totalidade, a intervenção do Polis para esta cidade algarvia abrange uma área de cerca de 111 hectares e representa um investimento global de 14,4 milhões de euros, dos quais um milhão proveniente da autarquia.

Trata-se de uma intervenção integrada no Programa da Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das cidades portuguesas, tendo Silves sido uma das dez cidades contempladas.

A conclusão das obras e intervenções previstas no Programa Polis para a cidade de Silves, cujo protocolo foi assinado, sexta-feira, entre o Ministério do Ambiente e a Câmara Municipal, está prevista para Dezembro de 2005.

O ministro do Ambiente e Ordenamento do Território, José Sócrates, que presidiu à apresentação do SilvesPolis, garantiu que as candidaturas das cidades ao Programa foram escolhidas em função do seu contexto regional e nacional.

“Escolhemos as cidades que tinham projectos, que fazem parte do sistema urbano nacional e que tenham um papel a desempenhar no contexto regional”, frisou Sócrates, assegurando que a escolha recaiu sobre “as cidades e não sobre os partidos”.

Ainda a este propósito, o governante defendeu que não cometeu o erro de não agir, tendo sido muito criticado pela escolha das cidades, mesmo no seio do PS.

“Escolhemos 18 cidades e fomos muito



criticados, mas sempre tive a consciência de que quem age pode vir a cometer erros, mas quem não age já cometeu o maior erro. E um erro maior ainda era chegar aqui, um ano e meio depois, e ainda estar a escolher as cidades. Esse erro eu não cometi”, sublinhou.

Na altura, observou, “escolhemos 18 cidades, das quais em 10 as câmaras eram do PS, seis do PSD e duas do PCP. Agora, após as eleições autárquicas, 10 são afectas ao PSD, seis ao PS e duas ao PCP. Escolhemos cidades e não partidos”, garantiu.

O Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades – tem como principal objectivo melhorar a qualidade de vida das cidades e das populações.

Actualmente estão a ser desenvolvidas intervenções em 28 cidades – Silves, Albufeira,

Aveiro, Beja, Bragança, Cacém, Castelo Branco, Chaves, Coimbra, Costa de Caparica, Covilhã, Gondomar, Guarda, Leiria, Marinha Grande, Matosinhos, Portalegre, Porto, Setúbal, Tomar, Torres Vedras, Valongo, Viana do Castelo, Vila do Conde, Vila Franca de Xira, Vila Nova de Gaia, Vila Real e Viseu.

CostaPolis em fase de arranque

Entretanto, na Costa de Caparica já foram adjudicados os estudos de incidência ambiental e a elaboração dos planos de pormenor das praias urbanas, do jardim urbano e dos novos parques de campismo.

A intervenção a cargo da sociedade CostaPolis abrange 650 hectares, envolve um investimento de perto de 90 milhões de euros (18 milhões de

contos) e deverá estar concluída em 2006.

As primeiras obras chegarão ao terreno em 2003, porque até lá é necessário planificar todos os trabalhos e é com base nesta perspectiva que os estudos de incidência ambiental, já em desenvolvimento, visam caracterizar a situação de referência, identificar e avaliar os efeitos resultantes das diferentes fases de construção e pós-construção, ao mesmo tempo que propõem medidas minimizadoras e compensatórias de eventuais impactos negativos e acções que potenciem impactos positivos, assegurando desta forma a utilização das tecnologias e métodos mais adequados à preservação e valorização dos recursos naturais.

O projecto do Polis para a Costa da Caparica prevê, assim, a remodelação do actual paredão das praias urbanas, a construção de áreas de lazer, de acessos, da alameda urbana e de mais 1280 lugares de estacionamento, bem como a realocação das instalações de apoio à pesca, a promoção de um equipamento hoteleiro, de novos apoios de praia, a reabilitação dos esporões e o reforço do areal.

Outro dos planos já em elaboração diz respeito aos novos parques de campismo, a instalar perto da Fonte da Telha e cuja área será adquirida e infra-estruturada, recebendo os lugares de estacionamento e equipamentos necessários.

O Jardim Urbano da Costa de Caparica também é alvo de um plano que envolve, para além da sua construção, a realocação da junta de freguesia e a construção da alameda urbana. Em complemento está prevista a edificação de 220 fogos para realojamento dos actuais moradores na zona.

M.R.

PATRIMÓNIO

CONSERVAÇÃO: MARCA CONTEMPORÂNEA DE EXCELÊNCIA

O Mosteiro de Alcobaca ganhou mais 24 mil metros quadrados. A devolução do espaço, situado na ala sul-nascente e que inclui a Livraria dos Monges, foi já formalizada com um acordo entre os ministérios do Trabalho e da Cultura.

O secretário de Estado da Segurança Social, Simões de Almeida, entregou simbolicamente as chaves da ala devoluta ao ministro da Cultura, resgatando, definitivamente, um espaço que, durante décadas, esteve ocupado pelo Lar Residencial de Alcobaca, entretanto transferido para nova localização.

Assim, com o recente “resgate” foi cumprido o compromisso livremente assumido pelo Governo socialista de devolver esta área ao Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e, deste modo, integrá-la no programa global de recuperação do mosteiro.

O programa, segundo o titular da pasta da Cultura,

Augusto Santos Silva, será lançado de imediato. “Marcámos o fim da primeira etapa, que foi o resgate; agora o arquitecto responsável trabalhará no programa de intervenção”, disse. O plano de restauro global do mosteiro está inserido no programa, mais vasto, de recuperação de conjuntos monásticos: 20 conventos e mosteiros alvo de intervenção até 2006.

De acordo com Santos Silva, desde 2000, ano de arranque do projecto, já foram gastos cerca de 33 milhões de euros em obras de recuperação de conjuntos monásticos, num investimento que atingirá, no total, 130 milhões de euros. O governante lembrou ainda que “cuidar e defender o património é responsabilidade de todos”, formulando o desejo de que “os portugueses sejam visitantes regulares, e mesmo compulsivos, do seu património”.

A cerimónia da passada quarta-feira incluiu a reabertura da Ala de S. Bernardo, como exemplo

do trabalho de restauro que tem vindo a ser feito nos últimos três anos no mosteiro, sob “uma marca contemporânea de excelência”, frisou Santos Silva.

Reabilitação em Santarém

Mas a batalha de reabilitação e valorização do património tem outras frentes. O IPPAR tem agora na mira o Mosteiro de Santa Maria de Almoester e o Convento de São Francisco, dois dos mais antigos e significativos monumentos de Santarém.

No caso de Almoester, as obras de recuperação do convento – fundado em 1289, por D. Berengária Aires – decorrem a bom ritmo, estando prevista a sua abertura ao público até ao próximo Natal.

A intervenção, que se encontra estimada em 300 mil euros (cerca de 60 mil contos), consiste no arranjo do reboco e do telhado do convento

e na recuperação de 14 retábulos.

Seguem-se, numa fase posterior, os trabalhos de requalificação da zona abrangente do convento, que deverão estar concluídos até 2006.

Quanto à reabilitação do Convento de São Francisco – fundação régia de D. Sancho II, em 1242 – o presidente do IPPAR, explicou que “foi necessário renegociar todo o processo”, pois o projecto escolhido pela anterior direcção do instituto não agradou à actual equipa directiva, que acabou por rescindir o contrato com a empresa, orçado em 280 mil euros (cerca de 56 mil contos).

Ultrapassadas os obstáculos, o processo está já em condições de avançar, embora o visível estado de degradação do convento – classificado como monumento nacional –, implique uma obra que, segundo Luís Calado, serão de grande dimensão.

M.R.



ECONOMIA

NOVAS REGRAS PARA INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

O Conselho de Ministro deu luz verde ao novo regime jurídico para os fundos de investimento imobiliário.

Liberalizadas que estão as transacções no espaço da União Europeia, o Governo do PS decidiu criar novas regras de funcionamento no espaço nacional.

Neste contexto, o Executivo acredita que se conferirá "uma maior abertura no tocante a situações jurídicas no âmbito das quais os imóveis podem ser integrados no património dos fundos".

Segundo o Governo, idêntica situação se estenderá "às modalidades contratuais que, para além do arrendamento, podem ser

utilizadas na administração" dos fundos.

Todavia, com as alterações introduzidas em Conselho de Ministros, são também diferenciadas as exigências a aplicar aos fundos abertos e fechados e, dentro destes, aos fundos objecto de subscrição pública e particular.

De acordo com o comunicado do Governo, cria-se também um novo tipo de fundos, designado por "fundos mistos", sendo ainda formuladas regras destinadas a fornecer um quadro de referência em matéria de subcontratação, "incluindo o recurso aos serviços de colocação de unidades de participação".

Também na sequência da entrada em vigor do



novo decreto lei, "por razões de transparência, afasta-se a possibilidade de detenção de participações em sociedades imobiliárias". Outra alteração face ao regime anterior respeita ao modo de aferição dos limites de composição do património, "passando a média dos últimos seis anos a ser a referência a considerar, em substituição do valor que pontualmente

ultrapasse os limites previstos na lei".

O diploma aprovado no dia 14, "incorporou as modificações introduzidas pela recente revisão do regime de fundos de investimentos mobiliário, destacando-se as regras sobre informação geral, agora aperfeiçoadas com base num regime de publicitação mais flexível".

M.R.

NOVIDADES EM DESTAQUE

- Diferenciam-se as exigências a aplicar aos fundos abertos e fechados e, dentro destes, aos fundos objecto de subscrição pública e particular;
- Criam-se os "fundos mistos";
- São formuladas regras destinadas a fornecer um quadro de referência em matéria de subcontratação;
- Mantém-se e reforça-se a separação do regime dos fundos de investimento imobiliário relativamente ao dos fundos de investimento mobiliário;
- Afasta-se completamente a possibilidade de detenção de participações em sociedades imobiliárias por razões de transparência;
- Admite-se expressamente sem qualquer limite o investimento em imóveis localizados nos Estados-membros da União Europeia, conferindo-se maior abertura no tocante às situações jurídicas no âmbito das quais os imóveis podem ser integrados no património dos fundos, bem como às modalidades contratuais que, para além do arrendamento, podem ser utilizadas na sua administração;

- Relativamente às transacções do fundo com entidades ligadas à entidade gestora, a aquisição de imóveis pelo fundo passa a estar sujeita ao mesmo regime – autorização da CMVM – até aqui aplicável à alienação e ao arrendamento;
- No modo de aferição dos limites de composição do património, a média dos últimos seis meses passa a ser a referência a considerar;
- Regista-se também uma clara diferenciação de limites e "rácios" de composição de carteiras, apresentando naturalmente os fundos fechados um menor nível de exigência.
- Individualiza-se a categoria dos "fundos fechados de subscrição particular", que ficarão sujeitos a um conjunto mais limitado de regras que se destinam a criar um enquadramento normativo mais adequado às suas características;
- Incorporaram-se as modificações introduzidas pela recente revisão do regime dos fundos de investimento mobiliário, destacando-se as regras sobre informação em geral, agora aperfeiçoadas com base num regime de publicitação mais flexível, bem como as regras sobre informação a prestar ao investidor através da adopção de um documento semelhante ao prospecto simplificado.

SOLIDARIEDADE

ALARGADO APOIO SOCIAL A EMIGRANTES CARENCIADOS

O fundo de apoio social a emigrantes carenciados das comunidades portuguesas deixou de ter limite de idade na sua aplicação, abrangendo agora um conjunto mais vasto de situações de risco.

A decisão foi tomada, na passada quinta-feira, em Conselho de Ministros, onde se estabeleceu também que, este ano, o fundo em questão será coberto na totalidade pelo Orçamento de Estado, estando disponível uma verba de 498,798 euros. O Governo socialista criou o Apoio Social a Idosos Carenciados das Comunidades Portuguesas (ASIC-CP) cuja aplicação tem obtido uma eficácia assinalável.

Em 2000, quando esta linha foi criada, o

Executivo visava "instituir mecanismos de apoio e protecção social periódicos aos idosos que vivem no estrangeiro em situação de carência económica e social e que não se encontram abrangidos por sistemas organizados de segurança social".

Com a aprovação do novo decreto regulamentar, passam a ser apoiados pontualmente "sem limite de idade os emigrantes que se encontrem em situação de manifesta carência de meios de subsistência, por motivos excepcionais diversos".

Entre os motivos considerados graves incluem-se a eventual "ocorrência de crimes contra a integridade física, catástrofes naturais,



calamidades públicas ou outros acontecimentos graves de natureza accidental". Assim, para um emigrante ser potencial beneficiário desta linha de apoio é condição essencial que a situação de carência não seja

superável "através de apoio nos países de residência, independentemente das competências dos postos consulares no âmbito da protecção consular aos emigrantes".

M.R.





A reforma da gestão do Serviço Nacional de Saúde deu mais um passo "indispensável" rumo à melhoria do nível de desempenho global. O Governo decidiu permitir a transformação dos hospitais públicos em Entidades Públicas Empresariais (EPE), medida que permitirá flexibilizar a contratação de bens, serviços e pessoal em 12 hospitais do País, dando-lhes um estatuto semelhante ao das unidades de Santa Maria da Feira e do Barlavento algarvio. Na resolução aprovada, no dia 14, em Conselho de Ministros, ficaram definidos os procedimentos jurídicos e técnicos para a

empresarialização dos hospitais. Esta solução constitui um vector essencial da reforma da gestão hospitalar, possibilitando a desburocratização da aquisição de bens e serviços, bem como acabar com o défice nas unidades públicas de cuidados clínicos. Com esta medida, o Executivo cumpre as metas assumidas por Portugal junto da União Europeia, no quadro do Programa de Estabilidade e Crescimento, permitindo dotar de capital estatutário os hospitais a empresarializar, conforme se encontra previsto na Lei de Orçamento de Estado.

SAÚDE

LUZ VERDE PARA EMPRESARIALIZAÇÃO DOS HOSPITAIS

Assim, as unidades hospitalares passam a ter um capital social com o qual podem contrair empréstimo para eliminar a dívida acumulada aos credores. A partir desse momento é o hospital e não o Ministério da Saúde o responsável por essa dívida.

Na rota da empresarialização estão uma dúzia de unidades, a maioria cujo passivo não ultrapassa os 12 milhões de contos.

Entre os possíveis candidatos estão o Instituto Português de Oncologia, em Lisboa, ou o Hospital Garcia de Orta, em Almada.

Até às eleições legislativas, o Hospital Padre Américo-Vale do Sousa deverá ver aprovado um estatuto jurídico até agora exclusivo da Feira e do Barlavento algarvio.

No Padre Américo, a empresarialização é aguardada com urgência para colmatar as carências de pessoal, sobretudo de médicos. Os concursos públicos demoram entre seis e 12 meses, mas o novo estatuto, que permite a celebração de contratos individuais de trabalho, acelerará o processo.

Successo no *dossier* Listas de Espera

Noutra frente batalha para a melhoria dos cuidados de saúde prestados pelo SNS há já

provas dadas e vitórias claras.

Para combater as listas de espera para as operações nos hospitais foi criado o Programa de Promoção de Acesso (PPA), que em 2001 permitiu a realização de 23 mil cirurgias.

Inicialmente céptico, o ministro da Saúde, Correia de Campos, diz agora que o programa «é um enorme sucesso».

"O programa das listas de espera é uma grande satisfação. Era céptico, antes de entrar para o Governo, sobre o programa. Hoje posso dizer que sinto uma enorme satisfação e uma enorme gratidão para com as minhas antecessoras, Manuela Arcaño e Maria de Belém, pelo facto de terem lançado este programa. Foi muitíssimo bom", afirmou o governante em entrevista a TSF.

Face aos bons resultados do programa, Correia de Campos legítima a sua satisfação.

"No ano de 2000 tivemos apenas 17 mil cirurgias. No ano de 2001, quando tomei posse da pasta da Saúde, admitia-se que fossem 21500. Foram 23 mil cirurgias", salientou.

O PPA representa um investimento de cerca de dez milhões de contos, quase 50 milhões de euros. Uma verba que o titular da pasta da Saúde considera estar a ser bem gasta já que está a fazer diminuir as listas de espera.

M.R.

EDUCAÇÃO

ANTENAS FORA DAS ESCOLAS

Todas as antenas de telecomunicações localizadas nas escolas portuguesas serão removidas e a instalação de equipamentos que não tenham a ver com a actividade escolar passará a ser proibida. A decisão do Ministério da Educação explica-se pelas dúvidas que persistem em relação a eventuais malefícios para a saúde causados pelas radiações emitidas pelos equipamentos em questão. Assim, o ministério de Júlio Pedrosa decidiu "envidar todos os esforços para retirar todas as antenas das escolas".

O ministério da 5 de Outubro não estabeleceu um prazo para a retirada das antenas uma vez que cada contrato com os operadores vai ser avaliado individualmente, mas pretende-se que o processo decorra com a maior celeridade possível.

Em causa estão 20 escolas - 18 da Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL) e duas da DRE do Norte que têm antenas instaladas, mas admite-se que este número possa ser superior, razão pela qual a tutela pediu às cinco DRE um levantamento "rigoroso e exaustivo" das escolas com antenas instaladas.

Recorde-se que em Novembro de 2001 foi criado um grupo de trabalho interministerial, coordenado pelo Ministério da Saúde, com o objectivo de avaliar a perigosidade das antenas para a saúde.

A questão das antenas em estabelecimentos escolares surgiu quando os pais dos alunos da Escola Secundária D. João de Castro, em Lisboa, exigiram, recentemente, que seja retirada do pátio do estabelecimento uma antena de telecomunicações.

Direcção Geral do Património (DGP), operadores móveis e as escolas são as entidades envolvidas em cada um dos contratos subjacentes à instalação das antenas nos estabelecimentos escolares e que rendem mensalmente cerca de 260 euros (pouco mais de 50 mil escudos), à DGP e às escolas pela permissão de instalação das antenas.

M.R.

EDUCAÇÃO

MANIFESTAMENTE INJUSTO



O "Manifesto para a Educação da República" baseia-se numa análise injusta ao sentenciar que Portugal "está a educar mal os seus filhos".

A ideia foi expressa por Júlio Pedrosa, ministro da Educação, que não deixou, porém, de congratular-se com a iniciativa, desejando, inclusive o seu sucesso, uma vez que "é preciso que todos os portugueses sejam mobilizados para sermos muito melhores e estarmos a par dos outros parceiros".

Mas, apesar de entusiasmado com a participação cívica nas questões ligadas à qualidade educativa nacional, Júlio Pedrosa afirmou não rever-se na análise que o texto faz do estado da educação.

"Esta análise é injusta para todos os portugueses que mudaram radicalmente a educação", disse, acrescentando:

"Tenho enorme respeito pelo trabalho que tem sido feito, do pré-escolar ao superior, e quero prestar homenagem a todos os que contribuem para os resultados positivos que são desconhecidos. Faz falta esse reconhecimento público. O manifesto é injusto para o País", defende.

O ministro não fecha aos olhos às dificuldades e reconheceu partilhar da insatisfação face aos resultados obtidos por Portugal em estudos internacionais, porém, lembrou que as reformas têm sido feitas.

O governante não escamoteou ainda a "grande insatisfação" que é saber que 80 por cento da população activa tem o 9º ano de escolaridade ou menos. Daí a aposta socialista ter sido, desde o começo, numa educação e formação de qualidade de raiz, pelo que a prioridade foi o pré-escolar com a rede a chegar a todo o País.

M.R.

REINO UNIDO

SAMPAIO DEFENDE
SEGUNDA CÂMARA NO PE

O Presidente da República defendeu a criação de uma segunda câmara no Parlamento Europeu (PE) como forma de salvaguardar o princípio da igualdade entre os Estados.

Falando no Parlamento escocês, no âmbito da sua visita ao Reino Unido, Jorge Sampaio identificou o alargamento da União Europeia como uma prioridade, considerando-o uma "obrigação moral e política", mas apelou a "um esforço para fortalecer a coesão política e económica".

Sampaio afirmou que uma das formas de equilibrar, no quadro das instituições europeias, os interesses da União e dos países que a integram poderá ser a criação de uma segunda câmara no PE.

"Uma maneira de salvaguardar o princípio da igualdade entre os Estados consistiria em criar uma segunda câmara no Parlamento Europeu onde os estados membros teriam uma representação na base da igualdade", defendeu.

Sampaio rejeitou qualquer "tentação de dividir a Europa e regressar a um conjunto de Estados centrais autoproclamados como uma vanguarda da integração regional".

O chefe de Estado sustentou que "não se pode minar o princípio da igualdade apenas para tornar as decisões mais rápidas e fáceis".

A visita a Edimburgo foi a última etapa da visita oficial de três dias de Jorge Sampaio ao Reino Unido.



UNIÃO EUROPEIA

PORTUGAL É UM
DOS SEIS PAÍSES
ADERENTES À EURO-ORDEM

Portugal é um dos seis países que aderiram à euro-ordem. Os governos de Portugal, Espanha, França, Reino Unido, Bélgica e Luxemburgo acordaram na semana passada, na reunião informal de ministros da Justiça e Interior da UE, em Santiago de Compostela, antecipar num ano, a 1 de Janeiro de 2003, a entrada em vigor da euro-ordem.

O ministro da Justiça espanhol, Angel Acebes, explicou que estes seis países se comprometeram a ter preparadas ao longo deste ano as adaptações legislativas necessárias para a entrada em vigor da ordem europeia de detenção e entrega, prevista para 2004.

Acebes, que falava numa conferência de Imprensa, junto com o comissário europeu da Justiça e Interior, António Vitorino, não afastou a possibilidade de nalgum dos seis países a euro-ordem poder tornar-se efectiva ainda antes do final do ano.

Acrescentou que o acordo adoptado está aberto a outros governos.

Além da ordem europeia e do impulso da Europol (organismo europeu de cooperação policial) na luta contra todas as formas de delinquência, os ministros do Interior analisaram um plano apresentado pela presidência espanhola contra a imigração ilegal.

O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de
Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

Nova Rede - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005

CGD - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097

BES - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



[...] Temos de aprofundar as condições da competitividade e da protecção social. Confrontado com esta necessidade, o que é que o PSD propõe ao país? Um choque fiscal que seria um autêntico choque social para as famílias portuguesas: reduzem drasticamente o IRC sem garantir cobertura orçamental para isso; aumentam o IVA que é um imposto cego e desagravam o IRS para os mais ricos. É a mais conhecida das receitas da culinária neoliberal.

Três grandes desafios foram apresentados aos portugueses em 1995 pelo PS e a pela Nova Maioria: coesão social, modernização económica e a modernização do Estado.

Todos os indicadores demonstram que hoje temos um país socialmente mais justo, uma economia mais sólida e um Estado mais próximo do cidadão.

Contudo, nem todos os desafios lançados em 1995 foram enfrentados com o mesmo sucesso. Nos últimos dois anos, assistimos a uma coligação negativa no Parlamento que se estava a traduzir numa crescente paralisia do sistema partidário parlamentar. Mas, com humildade democrática, devemos também reconhecer que nem sempre escolhemos a melhor estratégia política para concretizar as nossas políticas e vencer as dificuldades.

Foi esse o sinal que, nas últimas eleições autárquicas, os portugueses nos deram. Percebemos a mensagem. Abriu-se, por isso, para nós, um novo ciclo na vida política do país e do PS.

Há quase 28 anos, no dealbar do 25 de Abril os três Dês eram os objectivos de toda uma geração: democratizar, descolonizar e desenvolver. O PS teve, então, um papel fundacional na concretização desses objectivos.

Os objectivos de hoje são de outra natureza, e podem sintetizar-se agora por três Cês: a convergência, a coesão e a confiança. E estou certo de que o PS vai estar de novo no centro da sua concretização.

No essencial, os diagnósticos apontam no mesmo sentido. Temos de acelerar a convergência real com a União Europeia, através da competitividade e da qualificação. Temos de aprofundar as políticas de reforço da coesão nacional, assegurando a solidariedade e equidade entre todas as regiões do território nacional e todos os cidadãos portugueses. Temos de restabelecer a confiança dos portugueses em relação às finanças públicas, à justiça, à segurança, ao sistema político, em suma à democracia, em todas as escalas da sua realização.

Os diagnósticos são relativamente consensuais, mas as lideranças e os projectos que vão estar em confronto democrático no próximo dia 17 de Março são bem diferentes.

De um lado, estamos nós, a esquerda democrática, que tem tido um papel fundador na construção do modelo social europeu.

Do outro lado, temos uma direita neoliberal, que ainda por cima se apresenta disfarçada ao eleitorado, umas vezes mascarada de vendedor de ilusões, outras vezes, como alguém já disse, de capuchinho vermelho, vindo de longa marcha. É preciso que a direita perceba que o tempo das máscaras já passou.

De um lado, está um líder que nós conhecemos bem, Ferro Rodrigues, um homem que desde sempre lutou pelos direitos políticos e sociais, que conhece bem a economia portuguesa e que, estou certo, vai contribuir para uma nova forma de fazer política em Portugal.

Do outro, temos um gestor de silêncios, rodeado por ideólogos de direita, formados nas escolas do neoliberalismo, que querem importar para Portugal modelos que produziram os resultados que se conhecem no mundo anglo-saxónico dos anos 80: consideram o desemprego como parte da solução dos problemas económicos, defendem a privatização do serviço nacional de saúde, atacam o sindicalismo democrático, querem o fim do financiamento público do ensino superior, cortam na habitação social e nos apoios aos mais pobres, querem substituir os impostos progressivos por impostos regressivos, isto é, tirar aos pobres e às classes médias para dar mais aos mais ricos.

A escolha é clara. É bom que assim seja. É bom que ninguém fuja aos debates e que ninguém brinque às escondidas com os eleitores.

Infelizmente - dizem os jornais e não vi desmentido -, a estratégia do PSD consiste em calar o líder e fugir aos debates. Nas entrelinhas, nos intervalos dos silêncios, lá se vai conhecendo alguma coisa - e o que se vê não é nada de bom.

Perante a necessidade de recuperar a confiança no sistema político, o PSD, por um lado, fala em redução do número de deputados, e, por outro, quer criar um Senado, ou seja: mais políticos profissionais, mais burocracia, mais lentidão no processo legislativo, mais despesa pública. O PSD fala em renovação de listas, contrariando, e bem, a vontade dos seus autarcas em serem candidatos à Assembleia da República, mas, ao mesmo tempo, apresenta no Porto um cabeça de lista que já disse que, pelo menos em metade da legislatura, vai estar a representar os seus eleitores fora do País, no Parlamento Europeu. O dr. Pacheco Pereira tem que nos dizer, claramente, ao que vem. Se quer ser deputado da República, ou se tem bilhete de ida e volta para o reino de Bruxelas. O Norte, e a democracia portuguesa não aceitam candidatos fantasmas, relâmpago ou fictícios. O PSD quer também descentralizar, dando novas competências aos municípios, mas, simultaneamente, quer reduzir as transferências da Lei de Finanças Locais, que, aliás, quando foi governo nunca cumpriu. Em que é que ficamos?

Face ao desafio da convergência real, o PSD, ao contrário da nossa vizinha Espanha, equaciona a privatização da Caixa Geral de Depósitos, só recuando perante os conselhos e o socorismo de urgência do prof. Cavaco Silva.

Como disse atrás, temos de aprofundar as condições da competitividade e da protecção social. Confrontado com esta necessidade, o que é que o PSD propõe ao país? Um choque fiscal que seria um autêntico choque social para as famílias portuguesas: reduzem drasticamente o IRC sem garantir cobertura orçamental para isso; aumentam o IVA que é um imposto cego e desagravam o IRS para os mais ricos. É a mais conhecida das receitas da culinária neoliberal.

APROFUNDAR AS CONDIÇÕES DA COMPETITIVIDADE E DA PROTECÇÃO SOCIAL

Em matéria de política social, o PS defendeu recentemente a criação de 100 farmácias sociais. É uma medida que vai melhorar o acesso aos medicamentos, com preços mais acessíveis, garantidos por uma gestão farmacêutica qualificada e sem fins lucrativos. A resposta da porta-voz do PSD para a saúde - aliás, porta-voz de um governo sombra, que foi sombra de si próprio, porque antes de ver a luz do dia já tinha sido remodelado - foi elucidativa: acusa esta iniciativa, comum a outros países da União Europeia, de terceiro-mundista. Estamos conversados quanto ao espírito reformista do PSD.

Ao longo da campanha, vamos poder discutir cada uma das nossas propostas para o país, e as nossas prioridades nacionais com incidência regional.

Não queria deixar terminar sem relevar a questão essencial da descentralização do Estado e da desconcentração territorial.

O sucesso de uma política de modernização económica só será possível com uma população qualificada e com um Estado descentralizado, mais próximo dos cidadãos.

Entre o Estado central e os municípios são exigíveis estruturas intermédias que canalizem, para um nível regional, as reivindicações e expectativas dos agentes locais. Derrotada, por via referendária, a regionalização administrativa, temos que dar continuidade à política de desconcentração e de descentralização territorial.

A reforma democrática do Estado não pode deixar de orientar-se no sentido de combinar a visão sectorial com a melhor coordenação horizontal das políticas públicas, à escala nacional, regional e local.

Há que privilegiar as políticas centradas no território, a racionalização da administração desconcentrada e a concretização dos princípios de subsidiariedade e da descentralização, dando prioridade à correcção de assimetrias regionais, com vista ao desenvolvimento harmonioso das diversas regiões do País.

Neste sentido, deve reconhecer-se que a escala territorial regional, correspondente às NUTE II, é a mais propícia aos domínios de actuação que, associados à concretização de políticas públicas nacionais, conheçam ou se adequem à consagração de diferenciações territoriais, enquanto a escala territorial distrital é a mais adequada aos domínios de actuação da administração associados à concretização de políticas públicas nacionais territorialmente uniformes.

O aprofundamento destes objectivos está inscrito na ideia de um Estado e uma administração mais eficaz, que atribui mais poderes e responsabilidades aos escalões intermédios territoriais ou funcionais, as que sublinham a inovação, as que multiplicam as formas de colaboração com instituições da sociedade civil, que percebem que a sua origem e razão de ser é o serviço ao cidadão.



ALBERTO MARTINS

ONDE HOUE MUDANÇAS...



ALBERTO COSTA

1. Ao longo da experiência governativa socialista de 1995 para cá, os nossos opositores acusaram-nos frequentemente de inação. Teríamos adiado reformas e mudanças, cedido a resistências corporativas e grupos de interesses. Por outro lado, foram sempre dizendo que, não sabendo nós, presumidamente, lidar com as “altas” corporações e funções do Estado – privilégio que lhes pertenceria em exclusivo – criávamos constantes problemas. Esta “dupla conversa” com que fomos confrontados poderia representar-se na seguinte alternativa de tática retórica: onde não se deparavam problemas sérios, diziam que não estávamos a fazer nada; onde estávamos a fazer mudanças sérias, diziam que tínhamos “problemas”!

2. Nem sempre reunimos as melhores condições para fazer frente a esta postura cínica, que por um lado simulava querer ardentemente reformas e por outro anatemizava qualquer amostra ou sinal de que elas estavam em curso. Mas temos o dever de nos libertar de vez das suas sequelas, ao menos no momento mais indicado para apresentar perante os portugueses uma visão própria acerca dos resultados e do alcance da acção governativa que nós, socialistas, prosseguimos. Fizemos muitas mudanças e reformas de envergadura – e elas não se concentram apenas naquelas áreas que as nossas referências habitualmente consagram como pacíficas. Fizemo-las também em áreas onde houve dificuldades, resistências, pressões, episódios críticos – todo esse naipe de incidentes excitantes para os média que a oposição e os néscios sempre adoraram sobrevalorizar para diminuir ou encobrir o alcance real das mudanças em curso.

3. Creio que isto se aplica bem à área da segurança interna – algumas vezes sacrificada a uma versão em alta do politicamente correcto, que em resumo se traduz numa compra generalizada de títulos redenominados da “autoridade do Estado”, com mais do que deficiente informação sobre o produto. Olhando para trás, há que reconhecer que a governação socialista alterou profundamente o panorama que o PSD nos deixou nesta matéria, e mesmo o panorama que nos vinha desde há décadas atrás – e o fez num sentido modernizador e europeu, civilista e democrático, amigo da segurança e dos direitos dos cidadãos.

4. Há seis anos ainda tínhamos – como mais ninguém na Europa – o policiamento urbano confiado a uma polícia de comando militar, sujeita a critérios organizativos, conceitos e doutrinas de inspiração militar. Hoje temos finalmente uma polícia civil, subordinada a uma direcção nacional civil em vez de o ser a um comando geral militar. Pusemos assim termo a uma solução que vinha, ininterruptamente, desde o tempo do salazarismo. Foi com o governo socialista que um general pela última vez comandou a PSP: isso não é um pormenor irrelevante na história da nossa polícia e da nossa democracia. Os nossos opositores gostavam de ir falando de “crise” e de “dificuldades” mas foram incapazes de reconhecer o alcance de uma reforma de fundo

Fizemos muitas mudanças e reformas de envergadura – e elas não se concentram apenas naquelas áreas que as nossas referências habitualmente consagram como pacíficas. Fizemo-las também em áreas onde houve dificuldades, resistências, pressões, episódios críticos – todo esse naipe de incidentes excitantes para os média que a oposição e os néscios sempre adoraram sobrevalorizar para diminuir ou encobrir o alcance real das mudanças em curso.

que – preciso dizê-lo – não quiseram ou não foram capazes de promover e que, com o PSD no Governo, Portugal ainda não teria concretizado.

5. Há seis anos não existia de todo a concepção de um policiamento orientado para os problemas. Conosco foram lançados programas, como o pioneiro *Escola Segura* – que se tornou num verdadeiro emblema da nova orientação – os *Idosos em Segurança*, o *Apoio às Vítimas*, etc., que reflectiram uma nova orientação do policiamento em vista da protecção acrescida dos segmentos da população mais vulneráveis ou vitimizados pelo crime. O programa *Escola Segura* mobiliza diariamente milhares de agentes e centenas de viaturas em torno de centenas de escolas de todos os distritos do País, com resultados confirmados – já se ouviu uma palavra sobre o que isto significa?

6. Há seis anos não era reconhecida a liberdade sindical na polícia. Ao cabo de anos de acção persistente dos governos socialistas foram ultrapassados os obstáculos – e mesmo o resultante de ser constitucionalmente necessário obter uma maioria de dois terços no Parlamento. O próprio PSD, que em 1995, pela voz do agora regressado Dias Loureiro, afirmou nunca querer sindicatos na polícia, teve de mudar de atitude e contribuir para a votação que, já em 2001, consagrou finalmente essa reforma, que nos faz ingressar em pleno no modelo europeu da polícia. É claro que se trata – e não só para nós socialistas – de uma grande reforma cívica, mas como a sua obtenção exigiu que os nossos opositores mudassem completamente de ponto de vista sobre o tema, eles preferem esquecê-la e banalizar o seu alcance. Uma coisa é certa: com governos PSD não teríamos nem reforma da polícia nem consagração da liberdade sindical na polícia. O que teríamos seria, na melhor das hipóteses, isso de que tão hipocritamente nos acusam agora: adiamento.

7. Há seis anos Portugal era constantemente indicado nos relatórios da Amnistia Internacional como um país onde se registavam e onde se não investigavam e puniam os abusos policiais. Instituímos um controlo da actividade policial externo às hierarquias, com poderes de iniciativa e autonomia (a cargo da IGAI), que trouxe uma nova credibilidade às averiguações e contribuiu significativamente quer para a promoção da qualidade de acção policial quer para uma nova relação de confiança entre o público e as forças de segurança. Ao mesmo tempo, com o objectivo de alcançar um autêntico *upgrade* policial, fez-se a maior aposta na formação jamais feita na história policial no nosso país, que incluiu uma vasta acção de formação permanente que, através do emprego de novas tecnologias, chegou a dezenas de milhares de profissionais trabalhando em centenas de postos e esquadras por todo o país. A oposição e sobretudo os cidadãos em geral são testemunhas dum real *upgrade* do serviço policial conseguido ao longo destes anos. Tal é o resultado de um conjunto de políticas conjugadas persistentemente prosseguidas – e isso é um indiscutível crédito socialista.

8. Recebemos um Serviço de Informações de Segurança vulnerabilizado por suspeições, incidentes, irregularidades, inquéritos da Procuradoria, demissões, ilegalidades confirmadas. Nós, socialistas, no Governo e na Assembleia, levámos a sério a responsabilidade de o credibilizar, democrática e funcionalmente. O director do Serviço passou a ser nomeado, obrigatoriamente após prévia audição parlamentar; o conselho de fiscalização foi dotado de mais amplos poderes; foram implementadas novas delegações e novas articulações internacionais para fazer frente a novos riscos e ameaças em melhores condições. Recebemos um problema. Seis anos depois, as cassandras estão caladas. A perseverança nos rumos traçados faz com que tenhamos agora, em vez dum problema, uma componente credível da solução da segurança à disposição dos portugueses.

9. Recebemos há seis anos uma costa vulnerável às aproximações ilegais e criminais de toda a espécie (com ênfase para o tráfico de droga, mas também para outras ameaças que se têm vindo a reconhecer da maior importância). As forças de segurança não dispunham de quaisquer embarcações rápidas para garantir o controlo eficaz dessa costa, relativamente extensa, que é também fronteira externa da União. Concebemos e obtivemos aprovação parlamentar para um programa de reforço do controlo da nossa fronteira marítima, que conduziu à aquisição de uma frota de lanchas rápidas de que hoje o nosso dispositivo de segurança está munido para enfrentar, com maior efectividade, aquelas ameaças. Quem quer regressar à vulnerabilidade de 1995? De uma coisa podemos estar certos: com o PSD, a nossa costa ainda estaria hoje tão exposta a ameaças como quando esse partido governava.

10. São apenas alguns exemplos retirados de uma área onde os socialistas se podem orgulhar de mudanças. Não cometamos, pois, o erro de pensar que, onde houve problemas, não houve mudanças. Também aqui, como noutras áreas, no passado e com toda a certeza no futuro, os problemas e as dificuldades funcionam mais depressa como sinais de mudança do que como testemunho de inércia. “Fingir de morto” foi, para certo estadista do passado, a receita recomendada para a sobrevivência política. Na segurança interna, ninguém poderá dizer que nós, socialistas, andámos a “fingir de mortos”. Temos obra consolidada ao longo destes anos que podemos apresentar de cabeça erguida aos nossos concidadãos.

Quer dizer que os dirigentes do PSD se preocuparam com a aparência e não com a essência, com o espectáculo e não com as ideias, com o envolvimento e não com o conteúdo.

Diferentes ou iguais ao que sempre foram, as boas tradições são de manter. Festejar aniversários, mesmo sem a pompa que a circunstância pediria, pode também ser um bom pretexto para o reencontro, a troca de informações, a partilha de preocupações e esperanças, o debate de ideias. Foi o que aconteceu no passado domingo. O aniversário da Secção da cidade de Aigualva-Cacém foi o pretexto para o almoço que reuniu muitos socialistas, militantes exemplares, sempre prontos a lutar por ideais e valores, sempre presentes nos bons e nos maus momentos. Foi ocasião para ouvir o coordenador, Domingos Quintas, sublinhar a mobilização e o empenhamento habituais e que irão ser requeridos de imediato e uma vez mais na campanha para as eleições antecipadas de 17 de Março. E para receber do Victor - tão perto dos setenta anos, mas que não parece, talvez porque a sua alma de poeta lhe prolonga a juventude - uma rosa acompanhada de versos ditos de improviso e relacionados com a conjuntura política.

Chegada a casa, aproveitei para ver o que se estava a passar na mediática Convenção do PSD, «encenada até ao último minuto e ao milímetro», na opinião de um dos repórteres da SICNotícias. E já anteriormente, o jornalista Ricardo Costa afirmara que “do ponto de vista cenográfico (a Convenção) está particularmente bem feita”. Quer dizer que os dirigentes do PSD se preocuparam com a aparência e não com a essência, com o espectáculo e não com as ideias, com o envolvimento e não com o conteúdo. Prepararam (quanto não terá custado?!) um verdadeiro *show* televisivo para impressionar, com estrelas convidadas para abrilhantar a festa.

Esta opção pela política-espectáculo está de acordo com a estratégia de silenciar o líder para não dizer asneiras que comprometam o trabalho dos especialistas do *marketing*. Na mesma lógica se inscreve a decisão de recusar o confronto de ideias e projectos com o Dr. Ferro Rodrigues.

O Dr. Durão Barroso foge dos debates como o diabo da cruz. Receia expor publicamente as suas fragilidades, designadamente a falta de consistência das suas propostas em matéria fiscal (que contam já com a oposição de conceituados economistas, inclusive da área do PSD) e a demagogia das medidas de natureza social (até se lhe enrola a língua, tal é falta de convicção).

Das enormidades que ouvi da boca do Dr. Durão Barroso, no discurso de encerramento da dita Convenção, pretendo salientar a estafada expressão dos “jobs for de boys”, usada até à náusea

Na semana que antecedeu a Convenção do PSD, foi suscitada uma polémica em torno dos meios ao dispor da Marinha e de uma iminente ruptura, amplamente comentada em tons acintosos pelo almirante Fuzeta da Ponte. Sim, o mesmo que foi falar à dita Convenção e teve honras de primeira fila a metros do líder do PSD. Por geração espontânea até documentos internos da autoria do chefe de Estado-Maior da Almada Vieira Matias foram tornados públicos.

Confesso alguma admiração pela forma quase brilhante como algumas forças partidárias conseguem ludibriar alguma comunicação social e alguns cidadãos, com o lançamento de movimentos cívicos, protestos e afins com um único objectivo: sob a capa de questões relevantes servir o interesse político-partidário. Quem não se lembra da porta-voz da comissão de utentes do IC-19 que, certamente por acaso, é a actual vereadora Guadalupe, vereadora do trânsito da Câmara Municipal de Sintra, eleita pela CDU. Como não se tem falado do problema, presumo que o congestionamento do trânsito no IC 19 já está resolvido.

Mas, voltemos às eleições legislativas e a algumas notas de incidentes espontaneamente organizados.

Na semana que antecedeu a Convenção do PSD, foi suscitada uma polémica em torno dos meios ao dispor da Marinha e de uma iminente ruptura, amplamente comentada em tons acintosos pelo almirante Fuzeta da Ponte. Sim, o mesmo que foi falar à dita Convenção e teve honras de primeira fila a metros do líder do PSD. Por geração espontânea até documentos internos da autoria do chefe de Estado-Maior da Armada Vieira Matias foram tornados públicos. O objectivo é claro auxiliar a mensagem do PSD de que o País está um caos, ferir o orgulho nacional e criar a sensação de insegurança.

Antes e depois da Convenção laranja, os autarcas PSD de Faro, Coimbra, Lisboa e Porto não hesitaram em colocar em causa a construção dos estádios que integram as infra-estruturas desportivas do Euro 2004. Como para o PSD, tudo vale desde que sirva a estratégia eleitoral, os municípios foram colocando reticências aos compromissos assumidos, invocando, invariavelmente, o estado das finanças camarárias. Mais uma vez, os socialistas teriam, segundo eles, deixado as câmaras a necessitar de uma intervenção choque. O objectivo é claro, nos municípios como no País, tudo está um caos. Faltou coragem ao PSD para assumir com frontalidade que são contra o EURO 2004 e querem fazer com esta grande iniciativa internacional o que já propuseram fazer ao novo Aeroporto: SUSPENDER.

Antes, durante e depois da Convenção, continuamos sem saber se o Dr. Pacheco Pereira é candidato para assumir a representação dos eleitores do Porto ou é um candidato clonado para enganar os cidadãos do Porto e voltar para o Parlamento Europeu (PE). Se é um mero embuste eleitoral que se escuda no exercício da vice-Presidência do PE em representação do PSD ou um candidato a sério. Também antes, durante e depois, continuámos a ter jornalistas que assinam textos de opinião política, autênticos textos de campanha contra o Governo, o PS e os candidatos do PS sem que isso constitua qualquer impedimento ético. Já não bastava a inserção do “Povo Livre” na página 2 do “Diário de Notícias” pela mão isenta de Luís Delgado, agora temos a cabeça-

A FAMA E O PROVEITO

nos últimos tempos e que, ironicamente, seria mais apropriado aplicar às clientelas do PSD do que aos socialistas.

Foi isso mesmo que senti e afirmei no almoço com os militantes do Cacém, ao manifestar a indignação dos eleitos do PS na Câmara de Sintra pela forma como o novo executivo substituiu as administrações da empresas municipais, sem um aviso, uma palavra, um telefonema sequer aos administradores em funções. Foram os últimos a saber do seu «despedimento». Este procedimento incorrecto em relação a pessoas que são afastadas (e ninguém questiona a legitimidade que assiste aos vencedores de o fazerem, mas temos de repudiar o processo) revela bem a consideração e o respeito que as pessoas lhes merecem. Acresce que substituíram pessoas de mérito reconhecido e não filiadas no PS pelas clientelas partidárias. E como tiveram de distribuir os lugares pelos «boys» da coligação vencedora (PSD e PP) e da coligação (CDU) que lhes garante os votos para tudo aprovarem, já não acharam que havia empresas a mais, como afirmaram na campanha eleitoral. É assim a coerência do PSD. E é assim que uns têm a fama e outros o proveito.



EDITE ESTRELA

ESPONTANEAMENTE ORGANIZADOS!?

de-lista do PSD em Castelo Branco, Maria Elisa Domingues, a zurrir semanalmente no mesmo jornal.

O Neo-Sebastianismo de Barroso, que surgiu na Convenção envolto num nevoeiro artificial, acredita que quem pouco diz ou faz, muito acerta; que o poder, com ou sem a ajuda divina invocada por Cavaco Silva, lhe poderá cair nos braços. Durão Barroso e o PSD acreditam que já ganharam, que bastam umas tiradas populares e demagógicas para solucionar em segundos alguns dos problemas estruturais que mais de uma década de PSD não solucionaram. Talvez seja por isso, por estarem tão eufóricos com o apadrinhamento de José María Aznar, que defendem a suspensão do Aeroporto da Óta quando se fala de um grande Aeroporto Internacional em Badajoz ou que suscitam pedras na engrenagem do Euro 2004 quando surgem notícias requeitadas de uma organização ibérica do evento. Talvez seja por isso, talvez seja por cedências aos lóbis, é não nos podemos esquecer que o cabeça de lista do PSD em Leiria, Joaquim Ferreira do Amaral, sempre defendeu a solução Rio Frio.

Podem estar certos, que, durante esta campanha, vamos ser confrontados com muitas situações esporadicamente organizadas, mas a cada incidente, facto político ou boato, teremos de responder com a determinação de quem tem o melhor candidato a primeiro-ministro, o melhor programa e quer continuar a fazer Bem por Portugal e pelos Portugueses.



ANTÓNIO GALAMBA

A SEMANA PREVISTA

SE A apresentação Programa de Governo do PS e da Comissão de Honra da candidatura de Ferro Rodrigues terá lugar no próximo sábado, a partir das 15 horas, na antiga FIL em Lisboa.

TE O secretário-geral do PS é o primeiro orador da conferência internacional "Os novos desafios para uma boa governação socialmente responsável" a ter lugar no domingo, 24 de Fevereiro, em Lisboa, organizada pela Fundação Friedrich Ebert.

QUA. O Presidente da República, Jorge Sampaio, desloca-se em visita de Estado à Tunísia, acompanhado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama.

QUI. O ministro da Juventude e do Desporto, José Lello, preside à cerimónia de assinatura dos contratos-programa Atenas 2004 com o Comité Olímpico Português e as federações envolvidas.

SEX. A ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, apresentará o balanço da execução do III Quadro Comunitário de Apoio.

SÁB. O secretário de Estado da Juventude e Desporto, Miguel Fontes, inaugurará em Coimbra a mostra dos Jovens Criadores, seguindo depois para o México onde vai participar numa reunião do conselho directivo da Organização Ibero-americana de Juventude.

DOM. O ministro da Agricultura, Capoulas Santos, presidirá às inaugurações das obras de recuperação do Centro de Estudos Vitivinícolas da Régua e da barragem dos Minutos em Montemor-o-Novo.

SEG. No Convento do Beato em Lisboa terá lugar a gala dos jogadores profissionais de futebol, que contará com a presença do ministro José Lello.

ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

Sede Nacional do Partido Socialista
Largo do Rato
21 382200

Centro de Congressos de Lisboa
Antiga FIL
21 3601000

Caminhos de Ferro Portugueses (CP)
Sta. Apolónia
21 8816242
Gare do Oriente
21 8920300

Central de Camionagem
Arco do Ceço
707223344

Aeroporto de Lisboa
Partidas e Chegadas
21 8413700

Táxis - Lisboa
Eurocoope
21 3430677
Autocoope
21 7932756



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**
Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelbranco@partido-socialista.pt

Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt

Secretariado **Sandra Anjos**
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao
E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico
Junto envio o valor da assinatura

Quero renovar a assinatura
Junto envio o valor da assinatura

- Cheque
 Vale de correio 12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Código Postal _____

Assinaturas	12 meses
	52 números
Continente	25 €
Regiões Autónomas	32 €
Macau	54 €
Europa	63 €
Resto do Mundo	92 €

O valor das assinaturas
de apoio é livremente fixado
pelos assinantes
a partir dos valores indicados

